

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DCA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL**

Leonardo Cardoso Xavier

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise do Banco Justa Troca na Vila
Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre**

Porto Alegre, 2016

LEONARDO CARDOSO XAVIER

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise do Banco Justa Troca na Vila
Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciências
Administrativas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Administração

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

Porto Alegre, 2016

LEONARDO CARDOSO XAVIER

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: Análise do Banco Justa Troca na Vila
Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciências
Administrativas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Conceito Final: A

Aprovado em: 14 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa - UFRGS

Examinador – Prof. Dr. Davide Carbonai - UFRGS

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem
ela tampouco a sociedade muda”.*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, esse trabalho não teria sido possível se, ao longo de toda a vida, não tivesse sido em mim depositada a confiança e incentivo dos meus pais para que eu tivesse uma formação a qual me identificasse. Agradeço a minha mãe, em especial, por ter sempre apoiado as minhas escolhas e por estar do meu lado, incessantemente, em todos os momentos da minha vida e da minha formação acadêmica. Com certeza a minha base familiar, apesar das dificuldades, é fundamental para que eu tenha me tornado o administrador público que hoje sou.

Aos meus amigos, que são a família que pude escolher no decorrer da vida. Vocês foram fundamentais para que tudo isso pudesse acontecer. Seja por entender minhas ausências, seja pelos bons momentos que passamos juntos. Ter vocês comigo só amenizou a preocupação com esse trabalho e tornaram meus dias muito mais felizes.

Também agradeço a todos os meus colegas de trabalho, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Ministério Público do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Foi me espelhando em cada um que entendi o que realmente é ser um gestor público e a importância que isso tem para o bem-estar social da coletividade.

Agradeço à Escola de Administração da UFRGS por ter tido a oportunidade de receber a melhor formação em Administração do país no decorrer desses seis longos anos de graduação.

Por fim, agradeço ao meu orientador e Professor Pedro de Almeida Costa por ter acreditado nesse trabalho tanto quanto eu. Obrigado pela paciência, dedicação e aprendizado que tive em todos os momentos, seja em sala de aula, seja nas orientações para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve como intuito avaliar as dinâmicas de desenvolvimento local a partir da incidência de empreendimentos de Economia Solidária, como os BCD, na Vila Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre. Para isso, teve como objetivos específicos: apresentar as políticas públicas de desenvolvimento que incidem na Vila Nossa Senhora Aparecida; descrever as iniciativas locais de Economia Solidária e da Economia Popular; descrever as redes locais que estão se articulando para estimular dinâmicas endógenas de desenvolvimento local; e descrever e avaliar a dinâmica de mobilização atual para a constituição do BCD. A metodologia entendida como mais apropriada para o desenvolvimento do trabalho em questão foi o estudo de caso de caráter exploratório, a partir da utilização das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada com uma liderança na região, com membros do NEGA e através de observação participante na comunidade a fim de obter as informações necessárias para a análise e conclusão do seguinte problema de pesquisa: qual o potencial de incidência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas dinâmicas de desenvolvimento local na Vila Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre? Constatou-se que a Vila Nossa Senhora Aparecida, embora seja uma comunidade com baixo poder aquisitivo e com grande vulnerabilidade social, tem capacidade suficiente para abrigar um BCD na região. Isso se dá porque há mobilização dos moradores para a implementação do Banco, existe uma Associação que conduz as ações na comunidade, empreendimentos de ES no bairro, entidades de apoio, bem como uma política de crédito já estruturada para organizar a circulação da moeda social nos estabelecimentos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Solidária; Vila Nossa Senhora Aparecida; Banco Justa Troca.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos BCD no Brasil	pg. 39
Figura 2 – Mapa Atual da Vila Nossa Senhora Aparecida	pg. 44
Figura 3 – Processo de Escolha do Nome da Moeda do Banco Justa Troca	pg. 48
Figura 4 – Feira Comunitária na Vila Nossa Senhora Aparecida	pg. 51
Figura 5 – Grupos de Trabalho	pg. 61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de Habitantes na Comunidade (%)	pg. 45
Gráfico 2 – Faixa Etária dos Habitantes da Comunidade	pg. 46
Gráfico 3 – Setores Econômicos em Destaque na Comunidade	pg. 49
Gráfico 4 – Empreendimentos e suas Atividades Econômicas	pg. 62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Serviços oferecidos por Sistemas de Finanças Solidárias	pg. 31
Quadro 2 – Potencialidades e Desafios para a implementação do Banco Justa Troca	pg. 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vulnerabilidade Social na cidade de Porto Alegre e Zona Norte	pg. 12
Tabela 2 – Necessidades percebidas na Vila Nossa Senhora Aparecida	pg. 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACONVI – Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

BCD – Bancos Comunitários de Desenvolvimento

CAR-Norte – Centro Administrativo Regional Norte

CEAPE – Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor

CLT – Consolidação das Lei Trabalhistas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação

ES – Economia Solidária

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MST – Movimento Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEGA – Núcleo de Gestão Alternativa

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PACS – Projetos Alternativos Comunitários

SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

TS – Tecnologias Sociais

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP – Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Noções sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social	16
2.2	Noções de desenvolvimento local a partir do desenvolvimento endógeno	17
2.3	A Economia Solidária (ES)	19
2.3.1	A Economia Solidária no Brasil	23
2.3.2	Economia Solidária e Desenvolvimento Local	25
2.3.3	Finanças Solidárias	29
2.4	Cooperativas de Crédito	32
2.5	O Grameen Bank (Banco da Aldeia)	33
2.6	O surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)	36
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4	ANÁLISE E RESULTADO: A VILA NOSSA SENHORA APARECIDA E OS FATORES CONTRIBUINTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO JUSTA TROCA	44
4.1	A Vila Nossa Senhora Aparecida	44
4.2	O Banco Justa Troca	47
4.3	Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida (ACONVI)	51
4.4	Núcleo de Gestão Alternativa (NEGA)	58
4.4.1	Eixos de Trabalho	59
4.5	Produção e Consumo: Elementos importantes para a incidência do Banco Justa Troca nas dinâmicas de desenvolvimento local	62
4.6	O Banco Justa Troca na Vila Nossa Senhora Aparecida: Recepção e Implementação do Banco na Comunidade	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A	82
	APÊNDICE B	83
	APÊNDICE C	84
	APÊNDICE D	85

1 INTRODUÇÃO

Por Economia Solidária, entende-se que é:

“Uma economia atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e com os contratos que celebram” (SINGER, 2004, p.12).

Isto é, a Economia solidária é um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados e realizados solidariamente pelos trabalhadores envolvidos em ações coletivas e autogestionárias (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007).

Nesse conjunto de atividades e formas de organização é possível identificar quatro características importantes, são elas: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Desse modo, as características anteriormente citadas, não funcionam de forma isolada, devendo sempre estar interligadas. Contudo, é possível analisá-las de forma objetiva em categorias analíticas diferentes, mesmo que estejam amplamente compreendidas no movimento da Economia Solidária. Conforme o Atlas de Economia Solidária no Brasil (2005, p.12), portanto, temos as seguintes definições:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

Autogestão: exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Atividade Econômica: Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Solidariedade: preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores.

A economia solidária surgiu em um contexto histórico como reação às injustiças cometidas contra aqueles que estimulavam o desenvolvimento capitalista, sendo assim desde a Primeira Revolução Industrial até os dias atuais. (SINGER, 2005 p.5). A Economia Solidária não se opõe ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz com que a sociedade progrida. O seu propósito é que se tenha um desenvolvimento mais justo, de forma que se compartilhem os benefícios de forma igualitária e menos casual.

No Brasil, as primeiras cooperativas são de meados do século XIX, com pouca expressividade no século XX. Já a partir da década de 1980, a Economia Solidária, ressurge como reação a uma série de situações ocorridas no período, tais como: desemprego estrutural, acentuação da concentração de renda e acumulação do capital como consequência da mitigação das desigualdades sociais, a reestruturação produtiva do capital, a crise do Movimento Sindical e na década de 1990, exacerbada com a abertura do mercado interno às importações. (SINGER e SOUZA, 2003, p.25).

Um dos pilares da Economia Solidária é o trabalho em redes, essas são constituídas a partir da associação ou articulação de diferentes empreendimentos a fim de que se constituam relações, sejam elas econômicas, de saberes ou ainda de compartilhamento de experiências. Para fomentar as redes, são necessários dois objetivos, sendo eles: a sustentabilidade dos empreendimentos e o fortalecimento do potencial endógeno de um território, em seu processo de desenvolvimento. Uma rede de base territorial atua em diversos âmbitos – consumo e finanças solidárias, tecnologias livres, produção e serviços – e dessa forma todas as iniciativas (econômicas, políticas, culturais e ambientais) se articulam. Segundo França Filho e Cunha (2011), uma rede pode abranger diferentes níveis de articulação com a economia local existente.

Em contrapartida, as ações em rede atuam como promotoras do desenvolvimento nos territórios de Economia Solidária. Os territórios, consequentemente, são protagonistas das estratégias de desenvolvimento social e combate à pobreza, uma vez que permitem uma aproximação mais flexível da gestão do território. As redes são atravessadas por recortes horizontais e verticais e forças centrípetas, tanto quanto centrífugas que se

entrecruzam no território. Nesse sentido, a dinâmica de redes corresponde tanto à dinâmica social, econômica, política, quanto cultural do território.

A Economia solidária é, sem dúvida, uma proposta de desenvolvimento solidário e de inclusão, que segundo Singer (2006, p.37) também age de forma democrática. Essa proposta vem de uma contextualização histórica, em que trabalhadores lutam contra o desemprego e a exclusão social. A Economia Solidária é também pauta da agenda de discussão dos Movimentos Sociais, que buscam o reconhecimento desse conjunto de atividades econômicas e, além disso, não se coloca apenas como alternativa, mas como algo que questiona o *status quo* (POCHMANN, 2006, p.48).

A Economia Solidária, por sua vez, tende a oferecer à comunidade de baixa renda algumas iniciativas a fim de incluir as pessoas na sociedade, seja com uma forma alternativa de trabalho como o artesanato, por exemplo, seja com formas de incentivar financeiramente o consumo dentro da própria comunidade, injetando capital e centralizando as finanças na comunidade. Esse incentivo pode ser dado com o fornecimento de capital de consumo ou capital produtivo pelo que chamamos de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Podemos conceituar os BCD como:

Serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (PASSOS, 2007, p. 62 *apud* REDE, 2006, p.7).

Portanto, este trabalho tem como tema a análise do potencial de incidência do projeto de Bancos Comunitários como estratégia para o desenvolvimento local, tendo como foco central a investigação do processo de construção de intervenção, na perspectiva da Economia Solidária, no bairro Sarandi, especificamente na Vila Nossa Senhora Aparecida, onde há uma mobilização comunitária para a implantação de um BCD. O bairro Sarandi, sito em Porto Alegre, tem população equivalente a 91.366 habitantes e representam 6,48% da população do município segundo dados do último censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

O BCD da Vila Nossa Senhora Aparecida, está localizado em uma das áreas de maior vulnerabilidade social na cidade de Porto Alegre, isto é, há diversas situações de violação de direitos vivenciados por grupos mais vulneráveis à violência urbana, que segundo dados do Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos da cidade de Porto Alegre, são: crianças e adolescentes, mulheres, negros e negras, idosos, população LGBT e população em situação de rua. Dessa forma, tem-se como hipótese inicial que as dinâmicas de Economia Solidária, em especial o BCD, podem incidir positivamente no desenvolvimento local da comunidade. A seguir, têm-se alguns dados da zona norte de Porto Alegre - onde está localizado o bairro Sarandi e conseqüentemente a Vila Nossa Senhora Aparecida – em comparação à média de incidência de vulnerabilidade social na cidade de Porto Alegre como um todo.

Tabela 1 – Vulnerabilidade Social na cidade de Porto Alegre e Zona Norte (%)

Crianças e Jovens	Porto Alegre	Zona Norte
Mortalidade Infantil	11,10	12,80
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	65,39	61,99
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	3,37	3,93
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa.	5,25	36,33
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,25	2,77
Taxa de atividade – 10 a 14 anos	4,41	4,35
Família		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefe de família.	17,00	15,85
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,85	0,75
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	15,53	16,14
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	24,29	25,97
Condição de Moradia		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	94,05	94,96

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010)

Portanto, com base nas considerações iniciais expostas, chegou-se ao problema de pesquisa em torno da seguinte questão: qual o potencial de incidência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas dinâmicas de desenvolvimento local na Vila Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre?

1.1 JUSTIFICATIVA

A relevância do assunto levantado é significativa para o estudo dos processos de construção de redes de Economia Solidária, por meio do processo de desenvolvimento de tecnologias sociais (TS) que atendam às necessidades dos atores envolvidos, com interação de políticas públicas e ações de movimentos sociais. Por TS¹, entende-se que são “produtos, técnicas, e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Desse modo, também se justifica pelo fato de se compreender mais sobre a formação e o fortalecimento da Economia Solidária a partir de empreendimentos e da articulação em redes e cadeias produtivas, especialmente no que tange a produção de tecnologias sociais de gestão.

Ademais, o desenvolvimento compartilhado e a disseminação das tecnologias sociais indutoras das redes de cooperação são de extrema importância tanto para os segmentos produtivos, sendo eles o artesanato, alimentação, reciclagem, quanto para a organização territorial e comunitária da região em estudo. Contribuindo, de certa forma, para a integração de políticas públicas, que consequentemente possam estimular os processos de desenvolvimento socioeconômicos em um contexto local-regional.

Outro aspecto importante é a relevância do estudo para a área de Administração Pública e Social, uma vez que a abordagem do tema sobre a Economia Solidária impulsiona ao estudo mais avançado sobre os conceitos de gestão social e desenvolvimento. Acredito, portanto, que a investigação sobre os impactos causados a partir da interação de tecnologias sociais na região da Vila Nossa Senhora Aparecida, complementou a minha formação enquanto

¹ DAGNINO, Renato Peixoto (org.). **Tecnologias sociais**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: UNICAMP, 2009, p. 8.

administrador público e poderá trazer maiores entendimentos acadêmicos para quem estuda essa temática.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o potencial de incidência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas dinâmicas de desenvolvimento local na Vila Nossa Senhora Aparecida.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as políticas públicas de desenvolvimento que incide na Vila Nossa Senhora Aparecida
- Descrever as iniciativas locais de Economia Solidária e da Economia Popular;
- Descrever as redes locais que estão se articulando para estimular dinâmicas endógenas de desenvolvimento local;
- Descrever e avaliar a dinâmica de mobilização atual para a constituição do BCD.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se dizer que o termo desenvolvimento é uma palavra-chave que denota várias possibilidades de interpretações. O desenvolvimento, segundo Conteratto e Fillipi (2009, p.11) é “um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e aferimento”. Ou seja, o termo desenvolvimento só existe no momento em que é percebido como um fator que promove mudanças - por intermédio de ações coletivas ou individuais - podendo produzir impactos positivos para o bem-estar da coletividade.

Para entender o significado de um modelo alternativo de desenvolvimento, como desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, ou desenvolvimento local, por exemplo, é preciso compreender de que tipo de

desenvolvimento estamos falando e para quem serve esse tipo de desenvolvimento. Desse modo, é possível responder esses questionamentos considerando algumas dimensões do que é o desenvolvimento propriamente dito, segundo Silva (2007). A primeira dimensão evidenciada é de que o desenvolvimento é uma ação cultural diretamente ligada às capacidades criativas, bem como criadoras dos seres humanos a fim de que se realizem seus desejos e necessidades. Conforme Silva:

Na perspectiva antropocêntrica, o desenvolvimento é a capacidade de controle e dominação do ser humano sobre os fenômenos e entes naturais. Na perspectiva holística, é a harmonização entre cultura e natureza, entre a satisfação de necessidade e a preservação dos bens naturais (SILVA, 2007, p.102).

Já a segunda dimensão está no fato de que o desenvolvimento é um processo de transformação das relações sociais, culturais e produtivas. Dessa forma, a dinâmica tem como perspectiva a ideia de mudança como base para o desenvolvimento, pois expressa à constante busca ou início de uma nova realidade. A terceira dimensão é a do desenvolvimento que surge a partir de uma construção societária. Nessa dinâmica, entende-se que as sociedades humanas surgem na medida em que as relações pessoais se transformam e possibilitam novas relações sociais. As civilizações, por exemplo, são expressões de acúmulo de sociabilidade e de dominação nas relações culturais, sociais e econômicas.

Diante disso, a conquista da cidadania assim como o exercício da autogestão se apresenta como o germe de um modelo alternativo de desenvolvimento (SILVA, 2007). Por fim, a quarta e última dimensão para entender o conceito macro de desenvolvimento, está na compreensão de que os esforços culturais, econômicos, sociais e políticos estão subordinados à finalidade do desenvolvimento, ou seja, à melhoria da qualidade de vida. Diante disso, o desenvolvimento não está meramente relacionado apenas às melhorias da qualidade de vida, no quesito bens materiais, mas sim em um contexto mais amplo, onde o fomento de determinado território causa também impactos sociais, culturais e sustentáveis na sociedade em geral.

2.1 Noções sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social

Existem várias visões sobre o termo desenvolvimento, assim como às práticas que se intitulam como tal. É possível evidenciar duas abordagens distintas em função do foco dos discursos e práticas de desenvolvimento, levando em conta também experiências e debates ocorridos em países de capitalismo avançado, são elas: abordagem social e abordagem competitiva (MOURA, 1998, p. 40 *apud* HAMEL, 1990, p. 43-49).

Na abordagem competitiva o foco é a inserção competitiva das cidades ou regiões, motivando as ações a se dirigirem para os médios e grandes empreendimentos. Essa perspectiva é chamada por Moura (1998) de elitista, pois, de certa forma, está relacionada ao pragmatismo de agentes econômicos e dirigentes políticos locais. Nessa abordagem o intuito é desenvolver vantagens comparativas para que se possam obter melhores vantagens no mercado mundial para as regiões, cidades e distritos a fim de que se fomente a competitividade interurbana. Segundo Moura (1998, p.40), essa vertente corresponde ao que Harvey² chama de “empreendedorismo urbano”, que se disseminou em cidades europeias e norte-americanas a partir da década de 1980, representando uma nova postura dos governos, menos gerencialistas, com enfoque dado ao desenvolvimento de vantagens competitivas e a ideia de que as cidades empreendedoras fortalecem de forma positiva o desenvolvimento econômico.

Já para a abordagem social, o combate à exclusão social é o eixo principal de debate. Nessa perspectiva as ações tendem a focar nos pequenos empreendimentos e nos segmentos que estão à margem dos grandes mercados. Isto é, o objetivo do desenvolvimento nessa abordagem não é promover a cidade/região quanto um negócio rentável, mas atender as necessidades sociais, a partir do alargamento da democracia local, em direção ao desenvolvimento econômico (MOURA, 1998, p.40). De certa forma, pode-se inferir que o processo de exclusão social é diferenciador quando são medidas as vantagens entre as localidades. No que tange à vertente social, o fomento à

² David Harvey é um geógrafo britânico formado na Universidade de Cambridge. É professor da *City University of New York* e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana.

economia popular/solidária assume um caráter estratégico, assim como pode ser considerada uma alternativa de políticas públicas de combate à pobreza e de inclusão social.

2.2 Noções de desenvolvimento local a partir do desenvolvimento endógeno

Após o entendimento do termo desenvolvimento, atrelado às abordagens econômicas e sociais, pode-se estabelecer a ideia de desenvolvimento local a partir da teoria do desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento local advém de uma série de questões não resolvidas pelos mercados e pelas teorias de desenvolvimento, tais como: incapacidade de generalizar bem-estar, necessidade de conectar os locais a processos/espços dinâmicos, de potencializar a produção e de otimizar a comercialização (FRANÇA-FILHO; JÚNIOR, 2007, p.4).

A teoria do desenvolvimento endógeno pode ser explicada pela preocupação da mesma com a importância das economias externas e da valorização das redes de empresas industriais que possibilitam a criação de mercados internos. Essa teoria enfatiza também que o Estado é fundamentalmente importante em relação ao favorecimento do desenvolvimento produtivo e desenvolvimento urbano. Barquero (2001, p.41) define desenvolvimento endógeno como “[...] um processo de desenvolvimento e mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva a melhoria do nível de vida da população”. Segundo Barquero (2001), ainda, há três dimensões aos processos de desenvolvimento endógeno. A primeira dimensão é a econômica, para que se possibilite o uso eficiente dos fatores de produção e de produtividade; a segunda dimensão trata-se da sociocultural que valoriza a integração de atores econômicos e sociais; e a última dimensão é a política que corresponde às iniciativas com intuito de fazer melhorias na produção e favorecer a sustentabilidade.

O desenvolvimento endógeno tem como pressupostos atender as necessidades e as demandas da população local por intermédio de práticas participativas da comunidade envolvida. Esse tipo de desenvolvimento consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento do sistema produtivo, sendo o

território um agente de transformação e não apenas de suporte econômico. Conforme Faé e Flores (2012, p. 418) a proposta de desenvolvimento endógeno, não deve ser aceita de forma obrigatória às pressões dos atores externos, mas deve responder estrategicamente aos desafios e à tomada de decisões para que possibilitem o alcance dos seus objetivos.

Já o debate sobre o desenvolvimento local, surge como uma espécie de solução para os problemas advindos da ideia do desenvolvimento. O desenvolvimento local emerge como resposta da sociedade às pressões da efficientização da produção na década de 1980 (FAÉ; FLORES, 2012, p.418). Como fatores que impulsionaram a situação vivida nessa época estão a crise mundial da década de 1970, a emergência dos movimentos ambientais que levaram o Clube de Roma em 1972 a publicar a obra “*Os limites do crescimento*”, bem como os movimentos populares que colocaram em pauta a questão do industrialismo vigente na década de 1960 (BARQUERO, 2001). Desse modo, o desenvolvimento local,

[...] pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. O conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento (BARQUERO, 2001, p.57).

O desenvolvimento local tem por objetivo focar no desenvolvimento sustentável e duradouro, motivo pelo qual se enfatiza as dimensões econômicas, social e de meio ambiente. As iniciativas locais, por sua vez, precisam trabalhar em torno da eficiência dos recursos públicos e privados, da igualdade na distribuição de renda e emprego e do equilíbrio em termos de meio ambiente. A estratégia de desenvolvimento local está relacionada ao desenvolvimento territorial, quando tem elevados graus de incerteza e de turbulência. Conforme Barquero (2001), uma primeira estratégia de desenvolvimento local pode ser abordada a partir de tecnologias sociais, produção de novos bens e escolhas locais alternativas, que, de certa forma, impulsionam uma mudança radical de produtividade nas cidades ou

regiões, com impactos negativos, a curto ou longo prazo, sobre o emprego, o meio ambiente e às culturas locais. Outra estratégia pode estar relacionada à cultura tecnológica já existente no território, incorporada a práticas inovadoras, podendo acarretar transformações que possam ser assumidas e adotadas pela sociedade local. Já em relação às ações do desenvolvimento local, pode-se falar que elas estão centradas na melhoria da infraestrutura (para que não haja tanta disparidade no modo de viver da sociedade); na tentativa de suprir determinadas carências; fortalecer a capacidade organizacional do território; usar adequadamente os recursos não renováveis e melhorar os fatores imateriais de desenvolvimento, isto é, a aprendizagem, o conhecimento e a informação, por exemplo.

Ademais, o desenvolvimento local alia ações que direcionam o movimento dos agentes econômicos envolvidos no local, com intuito de aumentar a produtividade e a competitividade. Busca também melhores condições financeiras, conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais favorecedores do crescimento (BARQUERO, 2011).

2.3 A Economia Solidária (ES)

Diferente do modo de cooperação do século XIX e XX, onde os setores populares buscavam melhores condições de vida em virtude do aumento da crise do trabalho assalariado e da desigualdade social daí decorrente, surge, nesse contexto a Economia Associativa do século XXI (CRUZ, 2006a, p.121), ou seja, o que considero nesse trabalho como Economia Solidária (ES). É a falta de emprego que faz com que os trabalhadores vão a busca de alternativas de sobrevivência que direciona à informalidade ou à Economia Solidária. A ES nasce da ideia de superar o desemprego, bem como a ausência de regulação do Estado, em prol de soluções autônomas e coletivas para geração de trabalho e renda. A Economia Solidária pode ser conceituada genericamente segundo Cruz (2006b), como:

O conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam

diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ, 2006b, p.69)

A expansão da ES depende da disseminação de uma cultura advinda de empreendimentos autogestionários, que se alimentam da democracia participativa e de condições precárias de sustento econômico em razão da falta de mercado de trabalho. Dessa forma, unir-se para trabalhar em uma conjuntura coletiva e autogerida, independe de que seus agentes tenham claro o que é o conceito de autogestão, como de ES. Logo, é muito complexo trabalhar em sociedade, em pequenos empreendimentos - e que poucas pessoas se dispõem - sem que os envolvidos não tragam valores e experiências coletivas ou comunitárias já vividas anteriormente. Por isso, a Economia Solidária se alimenta, além do desemprego, de uma acumulação política dos novos movimentos sociais nascidos no final do século XX, na América Latina.

A solidariedade na economia só pode ser realizada, contudo, à medida que ela for organizada de forma igualitária pelos que se associam para produzir, comercializar ou consumir. Para essa proposta, a chave principal é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER, 2002, p.9). Nas cooperativas de produção³, por exemplo, todos os associados têm a mesma parcela do capital e por isso, também, têm os mesmos direitos de voto nas decisões. Mas, mesmo que as cooperativas cooperem entre si, em algum momento umas iriam ir melhor que as outras em função das habilidades das pessoas que as compõem. Diante disso, suas demandas devem ser igualadas, periodicamente, para que não haja acúmulo, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos “ganhadores” aos “perdedores”, usando impostos, subsídios e/ou créditos. No universo brasileiro, pode-se chamar essa redistribuição de capital, como finanças solidárias, sob a denominação genérica de bancos populares. Segundo França Filho *et al* (2006, p.61) a maioria dos bancos populares são cooperativas de crédito com intuito de fomentar

³ Como ensina Singer (2002, p.89): “Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos e etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Como toda cooperativa, aplicam aos seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles na condução da entidade: um voto por cabeça, autoridade suprema investida na assembleia-geral de sócios, todos os sócios, tendo a mesma cota de capital da cooperativa”.

organizações coletivas populares, que tem por base apoios institucionais, seja do poder público, seja da sociedade civil (ONGs).

Algumas iniciativas de trabalhadores se diferenciam, por incorporarem na prática a sustentabilidade, como a própria Economia Solidária. Por isso, considera-se a valorização do indivíduo no centro da organização e realização de atividades econômicas que acabam por fazer parte de um contexto social, político, cultural. Essas iniciativas, no entanto, promovem uma economia de dentro para fora, de caráter emancipatório e com maior autonomia. A Economia Solidária tem outra forma de consumo, de distribuição de riquezas e formas de produção. Segundo Singer (2002) o capitalismo, é um modo de produção que tem como princípios básicos o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Esses princípios dividem a sociedade em duas classes sociais, a proprietária, ou seja, a que é possuidora de capital e a outra classe é a que utiliza a sua força de trabalho como meio para garantir o seu sustento. Diante disso, pode-se considerar que há uma competição natural e desigualdade entre ambas as classes. Entretanto, a Economia Solidária tem como princípios básicos o direito de propriedade coletiva ou associativa, assim como o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios, conforme Singer (2002, p 10) faz com que haja uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital de forma igualitária nas cooperativas que trabalham.

A Economia Solidária fundamenta-se no trabalho em cooperação que é traduzido em algumas formas de organização: o cooperativismo e o associativismo. Logo, por ter outra forma de produção, tem-se também uma forma diferenciada de administrar esses empreendimentos, ou seja, a empresa solidária se administra democraticamente praticando a autogestão. Na autogestão as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima, enquanto as demandas e informações de cima para baixo. Isso se justifica pelo fato das decisões serem tomadas em comum acordo entre os associados. Quando as empresas são menores, todas as decisões são tomadas em assembleias, porém, quando as empresas são maiores, não há viabilidade de todos estarem presentes sempre. Portanto, as decisões dos associados são tomadas em assembleias gerais, onde os sócios elegem delegados para a seção ou

departamento com intuito de deliberar em nome de todos. A autogestão exige mais dos trabalhadores, pois ela só é eficiente à medida que todos se interessam pela empresa solidária, uma vez que além de cumprirem com as suas tarefas enquanto associados, cada um tem de se preocupar com a empresa como um todo.

Para construir a Economia Solidária, é interessante ter um olhar para como os indivíduos se organizam para sobreviverem e como usam os recursos disponíveis em prol do movimento. Nesse sentido, entende-se que um fator muito importante para a Economia Solidária, são os territórios. Na Economia Solidária, território é um conceito aberto, em fase de construção e que deve contemplar as mais variadas relações inerentes aos movimentos sociais. Segundo Silva (2007) existem três tipologias de territórios:

Os territórios “**naturais**”: bacias e micro bacias hidrográficas; biomas e ecossistemas; áreas de preservação ambiental; zonas agroecológicas e etc.

Os territórios **étnicos ou culturais**: áreas indígenas; quilombolas; outras áreas de formações culturais específicas.

Os territórios de **referência de políticas públicas**, identificados ou produzidos para facilitar ou potencializar a execução de políticas públicas: os consórcios municipais (de saúde, de segurança alimentar); as mesorregiões; os territórios de desenvolvimento rural; os polos e distritos industriais ou agroindustriais; os distritos urbanos ou regiões metropolitanas (SILVA, 2007, p.12).

A territorialidade é muito mais abrangente do que a simples ideia física de território, ela contempla também as redes e cadeias produtivas. Dentro do movimento da Economia Solidária, portanto, considera-se que são no território que se articula as ações em prol dos valores e princípios dos trabalhadores envolvidos nesse empreendimento. Carregando as peculiaridades de cada região, que acabam por formar certa cultura e cria-se a identidade desse local. Em suma, a Economia Solidária tem iniciativas para o suprimento das demandas sociais de determinados territórios, com fins de produção, comercialização e consumos de produtos a partir da articulação em redes e cadeias de produção, indo de encontro com valores centrais da ES: o trabalho, o saber e a criatividade (FRANÇA FILHO *et al*, 2006, p.78).

2.3.1 A Economia Solidária no Brasil

O cooperativismo chegou ao Brasil por volta do século XX, por intermédio de imigrantes europeus, tomando forma com as cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas nas zonas rurais (SINGER, 2002, p.122). Porém, foi no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, com a crise social estabelecida por meio da industrialização, que milhares de trabalhadores ficaram desempregados, acarretando em acentuada exclusão social. É nessa época que a Economia Solidária ressurge como resgate das lutas históricas dos trabalhadores, em defesa contra a exploração do trabalho, e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais no território brasileiro (FRANÇA FILHO, 2006).

Ainda nos anos de 1980, a Cáritas – entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – financiava diversos projetos denominados PACS (Projetos Alternativos Comunitários) que tinha como premissa a geração de trabalho e renda de forma associada com os moradores das periferias e das zonas rurais das mais variadas regiões brasileiras. Segundo Singer (2002) grande parte dos PACS se tornaram unidades de ES, pois alguns dependiam da ajuda caritativa das comunidades e outros conseguiam se manter por meio do comércio dos produtos no mercado.

Outra modalidade que surge no Brasil nessa época está atrelada a tomada de empresas em processo de falência, pelos seus trabalhadores, que as ressuscitam como forma de cooperativas autogestionárias para garantirem os seus próprios trabalhos. O Movimento Sem Terra (MST), por meados dos anos 1990 cria o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), a fim de promover a agricultura também sob forma de cooperativas autogestionárias. Outro componente da ES no Brasil foi formado por cooperativas e grupos de produção associados, incubados por entidades universitárias, que são chamadas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Essas têm vínculo com as universidades e são integradas aos professores e aos alunos de graduação e pós-graduação em distintas áreas de estudo acadêmicas.

Em um contexto mais recente da ES no Brasil, a partir de 2001 com o primeiro Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre (RS) foi lançada a Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária integrada por diversas entidades de fomento de economia solidária em todo o território nacional. A partir de então, o movimento de ES tem crescido e atuado em diversos segmentos, segundo o Atlas da Economia Solidária do Brasil (2007, p.21). São eles:

- a) **Empreendimentos Econômicos Solidários (EES):** São empreendimentos que desenvolvem as atividades de troca de produtos e serviços, tais como clube de trocas e redes solidárias; de Produção e Prestação de Serviços, nas associações, cooperativas populares, grupos de produção; de Comercialização ou Organização para comercialização, nas feiras de ES e centrais de comercialização; de Poupança, crédito ou finanças, a partir dos fundos solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários e etc; e de Consumo e uso coletivo dos produtos.
- b) **Ligas ou Uniões de EES:** São organizações caracterizadas por terem diferentes origens ou ramos de Economia Solidária, essas se articulam e representam os EES. Existem algumas dessas organizações que representam os EES a partir de espaços de articulação com o movimento inerente as instâncias governamentais. As organizações a seguir são exemplos delas e tem grande importância para o fomento da Economia Solidária: ANCOSOL, ANTEAG, CONCRAB/MST, UNICAFES, UNISOL.
- c) **Entidades de Apoio e Fomento:** São entidades que desenvolvem ações para apoiar diversas modalidades, como capacitação, assessoria, incubação, entre outras, diretamente aos EES. Essas organizações têm diferentes origens e naturezas, tais como: ONGs, OSCIPs; Igrejas e Pastorais; Organizações ligadas ao Movimento Sindical e Incubadoras Universitárias de Economia Solidária.
- d) **Instâncias de Políticas Públicas de Economia Solidária:** São instâncias ligadas a Órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal (direta e indireta) que desenvolvem ações, projetos ou programas com objetivo de promover o fortalecimento da Economia Solidária. No Governo Federal se destaca a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) que além de desenvolver ações no âmbito da Economia Solidária como o SIES⁴, busca promover e articular outras ações do Governo Federal no apoio à Economia Solidária.
- e) **Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):** É um instrumento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base de outro desenvolvimento sócio econômico do país, a partir da realidade local, de modo economicamente solidário e ambientalmente sustentável.

⁴ O SIES é um sistema de identificação e registro de informações sobre a Economia Solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos constantes da Portaria do MTE, nº 30 de 20 de março de 2006.

A Economia Solidária vem se consolidando ao longo dos anos. Ainda são inúmeras as demandas do Movimento em prol do bem-viver em sociedade, remetendo desde a educação até mesmo a sua institucionalização no Brasil. O movimento de Economia Solidária ainda está em construção, sua visibilidade se tornou maior com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A SENAES tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

2.3.2 Economia Solidária e Desenvolvimento Local

Considerando o debate sobre as potencialidades e limites do desenvolvimento local, pode-se considerar que esse é um processo endógeno de mobilização das capacidades humanas, sociais, políticas e culturais, bem como o aproveitamento das potencialidades econômicas locais, para a melhor condição de vida da população, em harmonia com o meio ambiente (SILVA, 2007, p. 14). Desse modo, o desenvolvimento local é fruto da relação de políticas públicas adequadas às necessidades e potencialidades de uma região. A seguir, conforme Silva (2007, p.14) apresenta-se os objetivos considerando, todavia, as dimensões do desenvolvimento sustentável e solidário:

a) Fortalecimento da Base Econômica Local: o desenvolvimento local é fundamental para a adequação de características, condições e possibilidades endógenas, assim como a criação de novas oportunidades a partir de investimentos de base socioeconômica e cultural que promovam novas oportunidades de inserção da população no mercado de trabalho. Os agentes dinamizadores da economia local são essenciais para a articulação das iniciativas, para o planejamento e implantação de estratégias coletivas e

particulares de potencialização da economia local, como o desenvolvimento de novas atividades econômicas e a agregação de valor aos produtos e serviços.

b) Inclusão Social: O desenvolvimento local deve reorientar as ações e iniciativas nos objetivos humanos, no que diz respeito ao combate à pobreza por meio da oferta de emprego e geração de renda, com a dinamização da economia e ampliação da atividade produtiva. Combinada com as políticas sociais implica também na melhora de acesso aos serviços sociais de qualidade.

c) Gestão Ambiental: Implica na definição de mecanismos de gestão ambiental e no incentivo ao desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas aos ecossistemas locais de modo que as atividades produtivas não comprometam o meio-ambiente, garantindo que o patrimônio natural possa ser desfrutado por todas as gerações da sociedade em geral.

d) Ação Cultural: A valorização efetiva e afetiva do local como lugar de pertencimento implica tanto no resgate, bem como da valorização da diversidade cultural local, na recomposição e afirmação de identidades territoriais, quanto no respeito às diferenças etno-culturais. Essa dimensão se verifica através do resgate da história das comunidades, da valorização do saber popular, da cultura e das potencialidades locais. Existem aspectos que são relacionados à construção de valores de solidariedade, principalmente quando se fala da partilha e de confiança no potencial das ações coletivas. Deve-se reconhecer também que a cultura é a dimensão do crescimento pessoal por meio da consciência de si mesmo e da sua realidade. Esse objetivo é de um fator fundamental para viabilizar os processos emancipatórios, com a consciência crítica da realidade como “*remédio*” para evitar a reprodução de valores e práticas dominantes de uma sociedade que é extremamente excludente.

f) Gestão Pública: O desenvolvimento local implica no fortalecimento das capacidades locais, por meio da descentralização administrativa - como o planejamento e a gestão das ações - e financeira - com os recursos para

promover as ações de desenvolvimento - para o âmbito local O desenvolvimento local depende do contato direto com órgãos do Estado e com as organizações da sociedade civil a fim de que haja ações públicas nas diferentes instâncias de atuação através de mecanismos e espaços de articulação e parceria. Esses mecanismos devem possibilitar a atuação em rede e a construção de parcerias que possibilitem a complementaridade de ações em torno de objetivos específicos.

f) Democratização do poder: Esse objetivo se refere tanto à criação de mecanismos de participação direta dos atores sociais nas decisões quanto à criação de mecanismos de comunicação mais ágeis com a população, uma vez que é preciso estar bem informado para que a participação seja eficiente. Dessa forma, isso implica na mobilização da sociedade local para que a gestão do processo de desenvolvimento se faça de forma solidária, isto é, compartilhada. Outro aspecto fundamental é a integração dos atores sociais através das redes de solidariedade e parcerias em torno de objetivos comuns, com base no fortalecimento das organizações sociais e também no respeito à autonomia dos diversos atores.

Um caminho em potencial para conceber a construção do desenvolvimento local é o fortalecimento da Economia Solidária como forma de inclusão social. A inserção da Economia Solidária nos processos de desenvolvimento local influi em ações de acesso e incentivo na geração de trabalho e renda, criando melhores condições de vida para a sociedade. As potencialidades locais podem ser, de certa forma, aproveitadas de forma solidária a partir do reconhecimento das cadeias produtivas da economia familiar, bem como do fortalecimento de organizações associativas, redes de produção, beneficiamento e produção (SILVA, 2007, p. 19).

Conforme França Filho (2008) pode ser considerados quatro processos fundamentais para a concretização via sustentável-solidária de desenvolvimento local, são eles: a mobilização e formação; a pesquisa; o planejamento; e a montagem dos empreendimentos e implantação das redes. A via sustentável-solidária de desenvolvimento local não se trata de uma lógica exclusivista, pois tanto a dinâmica, quanto a lógica de mercado continuam

presentes nesse processo de desenvolvimento por intermédio da Economia Solidária. Além disso, é preciso pensar a economia como uma economia plural e imaginar diferentes enclaves na regulação da vida econômica e social da sociedade em geral (FRANÇA FILHO, 2008, p. 230).

Essa abordagem privilegia uma intervenção territorial, com base na ideia de reorganização da economia local. Sendo assim as redes de Economia Solidária, assim como as relações de comercialização e consumo fazem da competitividade o causador do desenvolvimento em prol de uma visão diferenciada de sustentabilidade. Essa via atinge às questões de sociabilidade nos territórios em vista do seu fortalecimento e também da sua reconstrução, que vai além daquilo que compõe a vida das pessoas cotidianamente, como: as formas de organização político-associativo, o resgate e afirmação da identidade local, além de preservação ambiental e inserção de tecnologias sociais como forma de inclusão social.

A respeito das tecnologias sociais, pode-se dizer que são “técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social” (BAVA, 2004, p.106). Essas iniciativas de desenvolvimento local buscam criar uma nova relação da sociedade com a política, fazendo com que o desenvolvimento local tenha maior influência e efetividade na vida das pessoas. Muitas dessas iniciativas se pautam pelos princípios da solidariedade, como no caso do Movimento de Economia Solidária e pelas práticas de cooperativismo.

Dessa forma, a Economia solidária está diretamente atrelada ao fomento das iniciativas de desenvolvimento local, como as tecnologias sociais, por exemplo. Essas tecnologias, muito mais do que implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que impulsionam processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para fazer com que elas disputem nos espaços públicos formas alternativas de desenvolvimento (BAVA, 2004, p.116). É nesse sentido que a SENAES atua nas comunidades e empreendimentos de Economia Solidária por meio de metodologias participativas de construção de redes e arranjos produtivos articulados a estratégias de desenvolvimento local permeada pela Economia Solidária e também pela autogestão.

2.3.3 Finanças Solidárias

É possível perceber os BCD como uma forma de Finanças Solidárias (SILVA JÚNIOR, 2007). Diante disso, temos que os BCD estão atrelados a diferentes conceitos como o de Microfinanças e o de Microcrédito. Segundo Junqueira e Abramovay (2005) existem diversos termos utilizados para definir as iniciativas que oferecem serviços financeiros a população de baixa renda, cujo objetivo principal é alcançar aqueles que não interessam ao serviço financeiro tradicional.

Podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou ainda as finanças solidárias como os termos mais empregados para definir tais iniciativas. Esses termos são operacionalizados pelos bancos de desenvolvimento, pelas cooperativas de poupança e crédito, pelos bancos cooperativos e pelas instituições de microfinanças, algumas delas representadas pela chamada indústria das microfinanças. (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005, p. 3).

Conforme Passos (2007), a noção de finanças está associada normalmente a uma dimensão monetária. Em uma visão econômica, finanças inclui circulação de moeda, crédito, investimento e serviços bancários. As microfinanças, portanto está designada a oferecer serviços financeiros para a população mais pobre ou excluída do sistema financeiro tradicional e pode ser caracterizada por utilizar “produtos, processos e gestões diferenciadas” (PASSOS, 2007 *apud* ALVES, SOARES, 2006, p.28). Já os microcréditos, oferecem crédito para a população de baixa renda igualmente à situação anterior. O microcrédito se refere a “empréstimos de pequenos montantes de recursos, em geral até U\$ 500) ” (JUNQUEIRA, ABRAMOVAY, 2005, p.3) e está associado de forma menos intensa à concessão de empréstimo à população de baixa renda do que aos empréstimos concedidos as microempresas. Essa concepção pode ser representada no conceito formulado por Barone:

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE e OUTROS, 2002, p.11).

Barone e outros (2002) explicitam que o microcrédito começou a ser implantado no Brasil por meados dos anos de 1980. Dentre as experiências brasileiras por eles citadas estão: Programa UNO, Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor (CEAPE), Banco da Mulher, Portosol, Vivacred (Viva Rio), o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), o Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Caixa Econômica Federal (CEF).

Outro grupo caracterizado por fazer empréstimos à população de baixa renda são as chamadas associações de poupança e crédito, onde as cooperativas de crédito são as mais conhecidas. O capital das cooperativas de créditos é formado por quotas de sócios, segundo Singer (2002), onde os depósitos acabam por complementar o fundo que a cooperativa empresta aos sócios. Esse crédito é chamado de fundo rotativo. Ou seja, os sócios que possuem excedentes monetários, depositam na cooperativa e os que têm déficit monetário financiam esses fundos rotativos mediante empréstimos da cooperativa. No extremo oposto das associações de poupança e crédito estão os Fundos Rotativos Solidários ou Comunitários. Estes são muito informais, constituído de comunidades, em geral, muito pobres, fomentados pela Igreja Católica que, frequentemente, deposita neles recursos próprios ou de ajuda internacional (SINGER, 2002).

Considerando as finanças solidárias como resgate ou ampliação das microfinanças, Coelho (2003) indica que o crescimento das finanças solidárias na década de 1990 está correlacionado a certa ruptura do pensamento político dos movimentos sociais, expressando, de certa forma, o crescimento das organizações econômicas de base que pensam na democratização não só no campo social, mas também no campo econômico e de mercado. A partir de então, consegue-se deixar claro que as experiências de finanças solidárias podem contribuir para a construção de uma economia alternativa que vai além do acesso ao mercado. Além disso, deixa-se claro que o elemento fundamental e estruturante das relações econômicas nas Finanças Solidárias não é o capital, mas sim o trabalho individual, coletivo e social acumulado (PASSOS, 2007, p.45).

Coelho (2003) ainda faz menção que as experiências de Finanças Solidárias estão relacionadas com a comunidade e com o desenvolvimento local. Segundo ele, “a construção dos produtos financeiros alternativos, passa, portanto, por uma dimensão de integração comunitária e territorial que a diferencia de uma visão de setor econômico de microfinanças” (COELHO, 2003, p.162). Diante disso, Coelho (2003) consegue esclarecer a relação das redes para o fortalecimento do desenvolvimento local.

A organização de base popular constitui redes locais que, por relações de vizinhança, pela história comum do lugar e pela proximidade, constroem identidades territoriais e criam relações de pertencimento. A consolidação e sustentabilidade destes grupos produtivos locais necessitam tanto criar elos com redes solidárias mais amplas como, também, constituir uma ambiência produtiva capaz de contribuir para a sustentabilidade destes grupos (COELHO, 2003, p. 163).

De acordo com Passos (2007, *apud* Melo Neto Segundo e Magalhães, 2005), os fundos rotativos, fundos comunitários e bancos populares são formas diferentes de denominar e caracterizar modalidades de financiamento para pequenos empreendimentos focados na solidariedade e de acesso mais rápido para a comunidade mais pobre. Sem distinguir tais formas, esses autores caracterizam esses sistemas de créditos como “Bancos Comunitários”.

Conforme já mencionado, no campo das Finanças Solidárias podemos encontrar diversos produtos financeiros, além das microfinanças e dos microcréditos. A seguir, no Quadro 1 podemos ver alguns.

Quadro 1 – Serviços oferecidos por Sistemas de Finanças Solidárias

Produto	Descrição
Microcrédito	Experiência mais conhecida, onde se concede créditos individuais ou coletivos de pequeno valor utilizando uma tecnologia creditícia alternativa, baseada no histórico do empreendedor e na capacidade da análise dos agentes de crédito.
Sociedade de garantias	Formação de consórcios de instituições de fomento, bancos de desenvolvimento, instituições de microcrédito para alavancar recursos para as instituições de crédito popular.
Financeiras populares de capitais de risco	Investimentos de longo prazo em empreendimentos populares, no que se refere a equipamentos e infraestrutura, no qual se participa na gestão e da sociedade até que se alcance o retorno do investimento.

Seguro e poupança popular	Voltados para as necessidades básicas da população como saúde, educação, habitação ou necessidades imediatas não previstas, como é o caso de auxílio a funeral de parentes, onde as famílias são obrigadas a situações constrangedoras de coleta de recursos.
Cartões de crédito solidários	Utilizados para viabilização de compras e serviços em determinadas redes ou para circulação de moeda no interior no próprio território.
Cheques de serviços de vizinhanças	Cheques que contam com parcerias de empresas e governos, a partir do qual se subsidia a utilização de serviços de vizinhanças pelos trabalhadores empregados, integrando oferta e demanda em determinados territórios.
Sistema de garantia de comércio justo	Baseados em cartas de crédito que garantem a produção de uma demanda de longo prazo, permitindo uma relação mais horizontal e relações de poder mais equilibradas no interior da cadeia produtiva e uma negociação transparente entre intermediários e grupos produtivos.
Sociedade de garantias	Formação de consórcios de instituições de fomento, bancos de desenvolvimento, instituições de microcrédito para alavancar recursos para as instituições de crédito popular.

Fonte: Coelho (2003)

2.4 Cooperativas de Crédito

Segundo Singer (2002) as cooperativas de crédito foram o segundo modelo de cooperativa a ser criado, sendo o primeiro modelo as cooperativas de consumo. As cooperativas de crédito tiveram origem na Alemanha, em meados do século XIX e foram criadas por grupos de pessoas que geravam fundos a partir do que chamavam de “cotas partes”, possibilitando, portanto, o financiamento dos seus membros, ou ainda utilizando os seus recursos a fim de garantir o acesso ao crédito de uma forma mais direta.

Em sua origem, a cooperativa de crédito *não é um intermediário financeiro*, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito mediante o financiamento mútuo (SINGER, 2002, p. 67).

As cooperativas de crédito cresceram de forma considerável no Brasil nos últimos anos, superando, inclusive, o setor de microfinanças (PASSOS, 2007). Segundo Passos (2007, *apud* PARENTE, 2002) são poucas as cooperativas de crédito que atuam no campo das microfinanças, em

contrapartida menciona também que são os tipos de cooperativas que mais se adequam à prática da microfinança, podendo acessar fundos públicos. Kumar (2004) caracteriza as cooperativas de crédito que atuam no campo das microfinanças como:

(...) instituições financeiras cooperativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, credenciadas e controladas, em grande parte, segundo a lei das cooperativas nacionais e criadas para atender às necessidades de serviços financeiros básicos, principalmente por parte das pessoas de média e baixa rendas (KUMAR, 2004, p. 179).

Kumar (2004) ressalta que, em geral, para poder se tornar um associado é preciso que haja alguma filiação em comum, como, por exemplo, emprego ou residência. Todos os membros são proprietários da empresa e possuem os mesmos direitos, privilégios, oportunidades e responsabilidades igualmente distribuídas entre si. As cooperativas de crédito, geralmente, só aceitam depósito e concedem empréstimos aos associados. De acordo com Kumar (2004, p.179) como os associados também são parte proprietária da empresa, eles possuem direito a voto nas eleições dos membros dos comitês e da diretoria, que são eleitos de forma voluntária e não recebem qualquer tipo de remuneração.

2.5 O Grameen Bank (Banco da Aldeia)

Segundo Singer (2002) enquanto no Primeiro Mundo, as cooperativas de crédito cresciam e os seus bancos cooperativos se transformavam em grandes organizações financeiras em função do aumento da renda de seus membros, que também passaram a ter acesso aos bancos capitalistas, no Terceiro Mundo a situação era um pouco diferente. Isto é, uma grande massa de trabalhadores estava lançada à economia de mercado, inseridas na produção social e dependentes da usura para as suas formas de crédito (SINGER, 2002, p.75).

Dessa forma, surgiu em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo, o Grameen Bank (Banco da Aldeia) que é fruto da iniciativa de professores e estudantes da Universidade de Chittagong e chefiados por Muhammad Yunus. Segundo o relato do próprio Yunus, em um depoimento autobiográfico, ele ressalta que o Grameen Bank surgiu a partir do momento

em que ele começou a notar que a fome não resultava de uma falta de comida, mas sim da incapacidade de grande parte das pessoas não terem dinheiro o suficiente para comprá-las.

A partir de então, assinou um manifesto que foi apoiado pela Universidade de Chittagong para o combate à fome. Em seguida, começaram a investigar uma aldeia próxima à Universidade e descobriram em suas análises que as pessoas verdadeiramente pobres não tinham nenhum tipo de propriedade e em sua grande parte eram mulheres. Essas trabalhavam por conta própria como artesãs ou agricultoras e obtinham os seus meios de produção pelos agiotas, que posteriormente compravam as suas produções (SINGER, 2002, p.76). Em virtude de os juros dos empréstimos cobrados serem muito altos, essas mulheres não tinham grande lucro com a sua produção e o que sobrava era pouco para a sua subsistência e de seus filhos.

No entanto, como não tinham nenhuma forma de garantia para oferecer e obter os empréstimos dos bancos, essas pessoas dependiam da agiotagem para sobreviverem. Porém, a grande descoberta dos pesquisados da Universidade de Chittagong foi que para se liberarem da agiotagem, os trabalhadores precisariam de uma quantidade mínima, equivalente a 27 dólares, para conseguirem produzir sem que houvesse intermediários para lucrar em cima das suas produções. Como era um valor muito pequeno, o próprio Yunus investiu a quantia necessária para que essa população conseguisse sair desse meio de agiotagem e a partir de então se inicia o chamado Banco da Aldeia.

O problema inicial do Banco da Aldeia era levantar a quantia necessária para que o Banco pudesse continuar funcionando. Logo, Yunus conseguiu por meio de crédito pessoal a garantia necessária para fazer empréstimos aos bancos tradicionais e repassá-los a essa população mais pobre. Em meados dos anos de 1970, conforme Singer (2002), Yunus convenceu o presidente do Banco Agrícola a abrir uma agência temporária em Jobra (cidade em que viviam) com o nome de Grameen, porque não trabalhariam apenas com lavradores. Posteriormente, o banco atingiu uma visibilidade nacional e passou a ter uma agência também em Tangail. Em dois anos havia 19 agências bancárias de todos os bancos disponibilizando fundos a serem emprestados

aos pobres. Um grande diferencial desse Banco foi que ele passou a conceder empréstimos a mulheres, em oposição aos bancos tradicionais que somente ofereciam esse benefício aos homens. Dessa forma o Grameen se tornou também um projeto de libertação feminina, tendo em vista que Bangladesh é um país muçulmano e as mulheres são privadas de contato social.

Um ponto a ser considerado também é o da substituição da garantia real pelo aval solidário. O Grameen só aceita como membros grupo de cinco mulheres. Essas devem estar dispostas a se responsabilizar de forma coletiva pelos empréstimos feitos a cada uma. O grupo deve se reunir periodicamente a fim de aprovar os empréstimos de cada membro. Logo, se a devedora deixar de reembolsar os empréstimos nos prazos devidos os demais membros a ajudam ou o fazem no seu lugar. Em caso da falta de reembolso o grupo de cinco mulheres deixa de participar do Banco da Aldeia (SINGER, 2002).

As mulheres são consideradas sócias do Banco e integram uma vasta rede que se estende pelas demais aldeias de Bangladesh. Elas integram um grupo de cinco, elegendo uma presidente e uma secretária. Cada grupo tem o seu próprio fundo mútuo, formado por 5% de cada empréstimo e mais duas takas (moeda local) de cada membro (SINGER, 2002, p.80). Esse fundo é o maior responsável por garantir a subsistência do dia a dia dessas famílias e também para garantir o seu compromisso com o Banco da Aldeia. O Graamen não funciona como um banco tradicional, em que os clientes vão até a agência para a abertura de uma conta. No Graamen, o contato entre os empregados e os usuários é muito mais próximo. São enviados agentes de créditos para convencer a população mais pobre a entrar no Banco e para monitorar os grupos de aval solidário. Esses agentes são as próprias moradoras da aldeia e elas consideram ou não os pedidos, assim como os aprovam. A concessão do empréstimo se dá em uma forma de confiança de uma moradora para com outra. Em síntese, o Banco da Aldeia é o que Singer (2002) coloca como antibanco. Ou seja, ele se preocupa mais com o reembolso do prestatário do que necessariamente com o pagamento dos juros do empréstimo.

2.6 O surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

No final da década de 1990, no Brasil, após as discussões sobre microcrédito começarem a ser articuladas em âmbito Federal e alguns programas nascerem em âmbito subnacional, uma importante iniciativa de microcrédito surge na periferia de Fortaleza (CE). Para garantir a sobrevivência da comunidade os moradores do Conjunto Palmeiras (bairro de Fortaleza) criaram uma associação, chamada Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e dela resultou um banco com o intuito de fomentar a atividade de produtores locais, estimulando o trabalho e renda da comunidade, em virtude da falta de renda que lá pairava (GARCIA, 2010). Logo, no ano de 1998 nasce o Banco Palmas.

Em um cenário de mudanças econômicas e de ampliação de lideranças da ASMOCONP, o Banco Palmas acabou por se tornar um difusor do conceito de Bancos Comunitários de Desenvolvimento para todas as regiões do país. João Joaquim de Melo Neto II, idealizador do projeto Banco Palmas percebeu, segundo Garcia (2010), a possibilidade de se obter um banco que ajudasse a comunidade quando viu que a pobreza daquele local não vinha da ausência de dinheiro, mas da fuga desse recurso para fora do bairro (NETO II, 2008). Em suma, o que ele quis dizer é que o consumo dos produtos básicos da comunidade era externo ao local, ou seja, toda a poupança dos moradores da comunidade saía do bairro sem que retornasse ao local em forma de investimento. Sendo assim, toda a renda da comunidade acabava por se centralizar fora do Conjunto Palmeiras. Em seguida, com essa constatação, uma série de projetos foi criada a fim de que fosse elaborado um sistema de fomento à produção e ao consumo local. Após diversas assembleias, teve-se a ideia de criar um cartão de crédito onde as pessoas pudessem gastar dentro da comunidade, o Palma Card. Foi por meio dessa ideia que João Joaquim de Melo Neto II solidificou a criação do Banco Palmas (GARCIA, 2010).

O Banco Palmas nasce a partir do elo do consumo e do elo da produção. O Palma Card, não consistia em uma tarjeta, mas sim em um documento que era preenchido pelos comerciantes, para terem acesso aos recursos repassados pelo Banco (GARCIA, 2010). Os recursos iniciais para a

carteira de empréstimos aos comerciantes foram dados a fundo perdidos pela Organização Não-Governamental local Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos, na quantia de R\$ 2.000,00. Porém só foram com os recursos a fundo perdidos liberados pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e pela ONG inglesa Oxfam que o Banco Palmas conseguiu se fortalecer (GARCIA, 2010, p.12).

Um serviço importante de fomento à produção e ao consumo local disponibilizado pelo Banco Palmas foi a moeda social. Por meio dela era possível fazer com que os moradores da comunidade centralizassem seu consumo dentro do Conjunto Palmeiras, fomentando a economia daquele local e gerando emprego, consequentemente, em função do aumento da produtividade. De acordo com Menezes & Crocco (2009), moedas sociais são:

(...) instrumentos utilizados como meio de conta e de pagamento e que convivem paralelamente às moedas nacionais, mas sem concorrer com estas, apenas as complementando. Sua validade é limitada, a priori, seja por certo conjunto de bens ou serviços ou pessoas, seja um espaço específico ou fixada em um horizonte temporal dado (...) os aspectos mais importantes dessa moeda são: (i) iniciam-se no terceiro setor, isto é, fora do Estado e do mercado capitalista; (ii) têm restrição do uso no espaço e (iii) inexistência de incidência de juros (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 378-381).

De acordo com Menezes & Crocco (2009) as moedas sociais apresentam quatro características, sendo elas:

- Não há incidência de juros em empréstimos desse tipo de moeda;
- Uma unidade monetária em moeda social equivale a uma unidade monetária em moeda oficial;
- Para a circulação de uma unidade em moeda social, deve-se manter em salvaguarda uma unidade real de moeda oficial;
- As moedas sociais se originam de um pacto entre pessoas. Esse pacto é influenciado pela confiança e pela coesão social.

A introdução da moeda social no Banco Palmas se deu em dois momentos. No primeiro momento, em 2000 a moeda era restrita a um clube de trocar, de aproximadamente 40 membros. Em um segundo momento o ASMOCONP fez uma parceria com o Instituto Strohalm de Desenvolvimento

Integrado (InStroDi) em novembro de 2002, recebendo a fundo perdido R\$50.000,00 da Organização Intereclesiástica para a Cooperação e o Desenvolvimento com a finalidade de construção de um prédio para alojar a Palma Tech⁵. A metodologia consistiu em “clonar” o montante original gerando uma moeda social. É nesse momento que foi criado o Palmas, moeda social do Conjunto Palmeiras. No Banco Palmas, assim como nos demais Bancos Comunitários que surgiram posteriormente, a moeda social pode chegar à comunidade da seguinte forma, conforme menciona Garcia (2010, p.15):

- ❖ Microcrédito para consumo em moeda social, concedido pelo banco comunitário;
- ❖ Troca de moeda oficial por moeda social, em um ato denominado como câmbio;
- ❖ Recebimento de troco em moeda social pelos clientes nos estabelecimentos comerciais que fazem parte do projeto.

Segundo Garcia (2010), em 2004, ano subsequente à criação do Instituto Palmas, foi inaugurado o segundo banco comunitário do Brasil, o Banco PAR, em Paracuru (CE). Esse banco tem muita semelhança com o Banco Palmas. Possui uma linha de crédito produtivo, ou seja, uma moeda social (o PAR) e tenta se articular com produtores e consumidores por meio de clube de trocas e feiras de Economia Solidária. Após a inauguração do Banco PAR, e da troca de ideias entre o Instituto Palmas com os prefeitos das regiões, houve a aproximação entre esse e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Essa parceria, contudo, foi muito importante no que diz respeito à consolidação e disseminação do conceito de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (GARCIA, 2010 *apud* FOGUEL, 2009).

O conceito de BCD teve uma ampla repercussão e o marco dessa iniciativa foi a I Oficina Metodológica dos Bancos Comunitários realizada em janeiro de 2006 com todos os Bancos Comunitários que funcionavam na época ou que estavam em fase de implementação por meio do Projeto de Apoio à

⁵ A Palma Tech (Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária) é um projeto da ASMOCONP para disseminar os conceitos referentes à Economia Solidária. Fonte: Garcia (2010)

Organização de Bancos Comunitários (PASSOS, 2007). Nessa oficina foi criada uma cartilha em que sistematizava o conceito de BCD, apresentava as características básicas dos bancos, as experiências até então observadas nessa área de atuação e da iniciativa de constituir a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Dessa forma foi apresentado o seguinte conceito para os BCD:

[Bancos Comunitários de Desenvolvimento são] serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na tentativa de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (PASSOS, 2007, p.24 apud REDES, 2006, p. 7).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários é uma articulação de todos os Bancos Comunitários no Brasil, a partir da experiência e da metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas. Conforme levantamento de dados do Instituto Banco Palmas do ano de 2013, no Brasil, existia 103 (cento e três) BCD, sendo a maioria localizados no estado do Ceará (36), seguido por São Paulo (10), Pará (8) e Bahia (8).

Como é possível perceber, segundo a figura 1, não há nenhum BCD nos estados do Sul do país. Existem Empreendimentos de Economia Solidária, por meio de experiências de Finanças Solidárias, como as cooperativas de crédito solidário e fundos solidários nesses estados, porém uma mobilização comunitária a fim de implantar um BCD de fato e incentivar o desenvolvimento local até o ano de levantamento desses dados, não havia.

Figura 1 – Mapa dos BCD no Brasil



Fonte: Instituto Banco Palmas (2013)

Diante do breve histórico sobre o surgimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, segundo Garcia (2010) pode-se inferir que um BCD bem-

sucedido contenha os seguintes elementos, em síntese: (a) é uma instituição de proximidade, isto é, há um estreitamento dos laços sociais entre as pessoas da comunidade por meio de duas dimensões – uma socioeconômica, tendo em vista que há o fomento do empreendedorismo com intuito de ampliar a produtividade do território local e outra política, com a criação de espaços públicos para a discussão de alternativas relacionadas à vida na comunidade; e (b) contribui para o acesso aos serviços financeiros e a efetiva utilização dos serviços oferecidos (conta corrente, conta poupança, crédito) uma vez que com essa iniciativa os moradores conseguem consumir cada vez mais dentro da própria comunidade, investindo e gerando empregos. Além disso, com o acesso ao crédito, via moeda social, a população mais pobre pode produzir a fim de manter o seu sustento, gerando mais renda para as famílias que até então não teriam subsídios necessários para obter renda em um empréstimo nos bancos tradicionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desse trabalho está relacionado ao estudo do potencial de incidência das iniciativas locais de Economia Solidária, como os Bancos Comunitários, nas dinâmicas endógenas de desenvolvimento local. Neste sentido, o método entendido como mais apropriado ao tipo de estudo para ser utilizado no desenvolvimento do trabalho em questão é o estudo de caso de caráter exploratório. O método escolhido, portanto, ajuda no exame de acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes (YIN. Robert, 2001, p. 27). Segundo Gil (2002) o estudo de caso é uma investigação empírica que:

Explora situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preserva o caráter unitário do objeto estudado; descreve a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formula hipóteses ou desenvolve teorias; e explica variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas. (GIL, Antônio Carlos, 2002, p. 54).

Segundo Lakatos e Marconi (1985, p. 92), sempre há algo teórico, uma hipótese ou um problema que precede uma observação, sendo que a mesma só pode ser feita a partir de um conhecimento anterior (conhecimento prévio ou

expectativas). Toda observação, portanto, “*é uma atividade com um objetivo*”, seja de encontrar, seja de verificar uma regularidade vislumbrada (POPPER, 1975, *apud* LAKATOS e MARCONI, 1985, p. 92).

A observação é ativa e seletiva, tendo como critério de seleção as “expectativas inatas”. Só pode ser feita a partir de alguma coisa anterior. Esta coisa anterior é nosso conhecimento prévio ou nossas expectativas. Qualquer observação escreve Popper (...) “trata-se de uma atividade norteadas pelos problemas e pelo contexto de expectativas (horizonte de expectativas)” (...) Estas reflexões levaram-me à suposição de que a conjectura ou hipótese precede a observação ou percepção; temos expectativas inatas, na forma de expectativas latentes, que hão de ser ativadas por estímulos aos quais reagimos, via de regra, enquanto nos empenhamos na exploração ativa. Todo aprendizado é uma modificação de algum conhecimento anterior (LAKATOS e MARCONI, 1985, p. 92).

Para tanto, cabe ressaltar que a hipótese inicial deste projeto de pesquisa está no entendimento de que as dinâmicas dos Bancos Comunitários são fundamentais para o desenvolvimento do Vila Nossa Senhora Aparecida. Uma vez que o conceito de Economia Solidária abrange as mais variadas oportunidades em prol de soluções autônomas e coletivas para geração de trabalho e renda.

Quanto à abordagem do problema, foi utilizada a pesquisa de caráter qualitativo, que reúne a soma de recursos de variadas áreas do conhecimento. Para Mariampolski (2001, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 100), a pesquisa de cunho qualitativo está ligada a inúmeras abordagens, métodos e técnicas diferentes que auxiliam, tanto no entendimento, quanto na documentação de atitudes e comportamentos, buscando “os significados e motivações que estão por trás do comportamento”. Ainda para Bauer e Gaskell (2002, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 100), os métodos qualitativos de uma pesquisa são os que fornecem os dados necessários para o entendimento e desenvolvimento das relações entre atores sociais nas diversas situações.

No tocante à classificação, em razão do objetivo geral definido e do propósito inicial deste trabalho, de analisar o potencial de incidência de Bancos Comunitários nas dinâmicas de desenvolvimento local na Vila Nossa Senhora Aparecida, esta pesquisa foi enquadrada como de caráter exploratório. Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou de constituir hipóteses. Pode-se dizer que

estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou ainda a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41).

Para tanto, as técnicas de pesquisa aplicadas a este estudo, para coleta de dados, são a bibliográfica e a documental. Entendendo-se que, para isto, primeiramente foram realizadas pesquisas em materiais já desenvolvidos, tais como livros e artigos científicos,

As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise de diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44).

Cabe ressaltar que as fontes bibliográficas englobam os livros, tanto de leitura corrente (como obras literárias e obras de divulgação), quanto os de referência (informativa – dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques – e remissiva); as publicações periódicas (jornais e revistas) e impressos diversos (GIL, 2002, p. 44). Em seguida, a pesquisa documental, desenvolvida nos mesmos moldes da pesquisa bibliográfica, foi realizada em documentos tais como documentos oficiais, leis, normativas, regulamentos, etc. Ademais, utilizou-se também documentação de fonte secundária, como relatórios de pesquisa, tabelas, gráficos estatísticos, pesquisas já realizadas, etc. Também foram incluídas na coleta de dados as informações obtidas através de sítios eletrônicos institucionais e de entrevistas.

Os tipos de entrevistas utilizados foram as entrevistas conduzidas de *forma espontânea*, onde poder-se-á tanto indagar o respondente, quanto pedir a opinião dele sobre determinados eventos. E além desse tipo de entrevista, também foi utilizada a entrevista *focal*, em que os respondentes serão entrevistados por um determinado período de tempo, de forma espontânea, assumindo um caráter de conversa informal, mas que seguirão certo conjunto de perguntas que se originarão do protocolo de estudo de caso (YIN, Robert, 2001, p. 113).

No dia 04 de julho de 2016 foi realizada a entrevista com a Daniela de Oliveira, socióloga e técnica do NEGA, nas dependências da Escola de Administração, a fim de compreender a posição do NEGA em relação à criação do Banco Justa Troca na Vila Nossa Senhora Aparecida. A entrevista foi

conduzida pelo questionário, vide apêndice A, informalmente, com duração de trinta minutos. Do mesmo modo, também foi feita entrevista com a bolsista Ana Daniele Cavalheiro, estudante do curso de Administração Pública e Social, com intuito de identificar a posição de outro membro do NEGA sobre as dinâmicas realizadas na Vila Nossa Senhora Aparecida para a criação do Banco Justa Troca.

No dia 06 de julho de 2016 foi a inauguração do Banco Justa Troca na sede da Cooperativa Justa Trama/UNIVENS, onde pude utilizar a técnica de observação participante (vide Apêndice D). Estavam presentes cerca de trinta pessoas, dentre eles os comerciantes, representantes do NEGA, da Creche Nova Geração, Posto de Saúde, Coletivo Catarse, Caixa Econômica Federal, SINE, Incubadora de Mulheres, gestor do CAAR e o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Trabalho de Porto Alegre. O período da observação foi de duas horas, ou seja, no período que aconteceram as atividades no local. Foi possível observar como a comunidade estava recebendo o Banco, quais as dúvidas que tinham sobre o seu funcionamento e também identificar quais os apoiadores externos da comunidade para que o banco fosse implementado.

Além disso, após a inauguração do Banco Justa Troca, foi possível entrevistar a Conselheira Administrativa do Banco Justa Troca, Eva Nelita Nonnenmacher, moradora e também liderança comunitária (vide apêndice C). Nessa conversa pude identificar algumas fragilidades iniciais do bairro para a consecução do Banco, assim como as expectativas com a sua criação para as dinâmicas de desenvolvimento local.

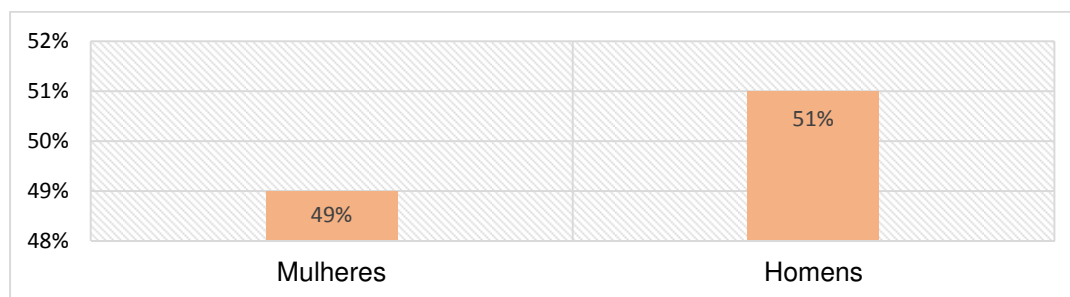
Para a análise desse trabalho também foram utilizados dados secundários a fim de complementar o desenvolvimento dessa pesquisa. Os principais dados utilizados foram fornecidos pelo NEGA que desenvolve o trabalho na Vila Nossa Senhora Aparecida diariamente, tais como: relatos de moradores, documentos oficiais da ACONVI, mapeamento de produção e consumo na comunidade. Além disso, foram utilizados dados do IBGE com intuito de evidenciar alguns números referente ao bairro em estudo.

Assim realizou-se a análise do potencial de incidência do Banco Justa Troca nas dinâmicas endógenas de desenvolvimento local, assim como as

Situada entre a Avenida Assis Brasil e Avenida Bernardino da Silva Amorim, a Vila Nossa Senhora Aparecida foi marcada por ocupações no final das décadas de 1960 e 1970, conforme relato fornecidos pelos habitantes da região ao NEGA. Antes disso, mediante informações dos moradores da comunidade, a região era chamada de Vila Caiu do Céu. Essa parte do bairro nada mais era que um descampado sem fruição de quaisquer infraestruturas públicas.

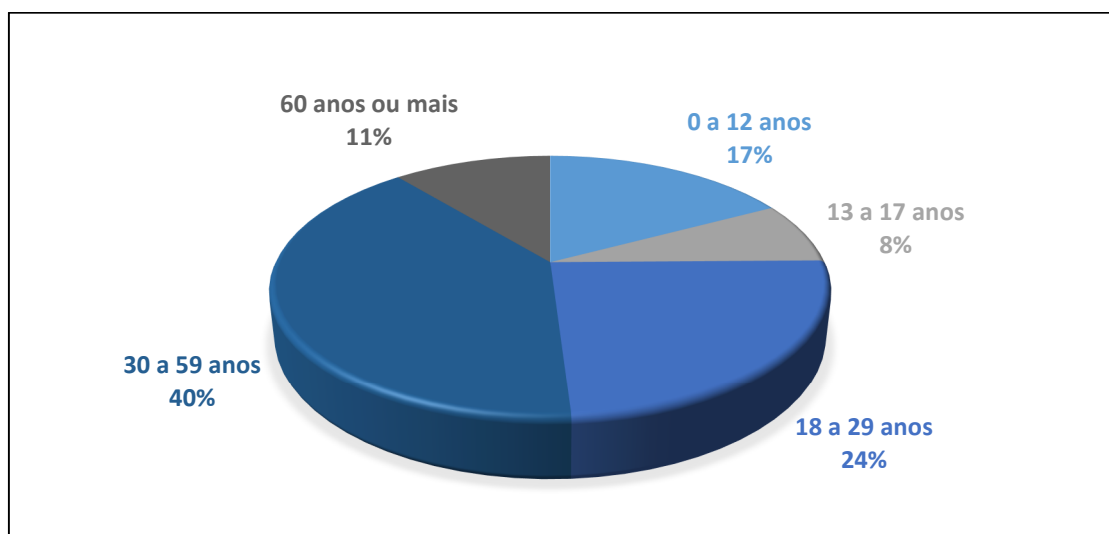
A partir de dados secundários do NEGA, na época das ocupações, existia grande rivalidade entre dois grupos que disputavam terrenos e poder na região, sendo um deles apoiado por políticos e pela delegacia do bairro. Logo, apesar de haverem ocupações desde o final da década de 1960 o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) somente concluiu a legalização da área em estudo em 1992. Segundo relato dos moradores, aproximadamente 40% da população ainda é resquício da época da ocupação. O processo de ocupação e de disputas, todavia, ganhou uma nova configuração a partir da década de 1980, quando no ano de 1985 o DEMHAB comprou essa área e deu início ao processo de regularização da Vila.

Gráfico 1 – Distribuição de habitantes na comunidade (%)



Fonte: IBGE (2010)

A partir dos dados do censo do IBGE (2010), presentes no gráfico 1, pode-se observar que o percentual de homens na vila é 2% maior em relação ao número de mulheres. A quantidade de mulheres habitando a comunidade é de 2044 (dois mil e quarenta e quatro), ou seja, 49% dos habitantes da comunidade enquanto a quantidade de homens é de 2126 (dois mil, cento e vinte e seis), 51% dos habitantes de um total de 4170 (quatro mil, cento e setenta).

Gráfico 2 – Faixa etária dos habitantes da Vila Nossa Srª Aparecida

Fonte: IBGE (2010).

Já no gráfico 2, também com dados advindos do último censo do IBGE (2010), observa-se que mais de 50% da população se encontra na faixa etária entre 18 e 60 anos. Isto é, boa parte dos habitantes da comunidade está em idade produtiva e de inserção do mercado de trabalho. De acordo com o mapeamento da produção, comércio e serviços realizado pelo NEGA em outubro de 2015, foi evidenciado os estabelecimentos comerciais, produtivos e de serviços da comunidade. Diante do exposto ficou evidenciado que o setor econômico que prevalece no bairro é o setor de serviços e um fator importante para a Vila é que grande parte dos clientes dos estabelecimentos (restaurantes, oficinas, lojas, bares) fixados no bairro são os próprios moradores.

O território da Vila Nossa Senhora Aparecida abriga diversos empreendimentos associativos, como a Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS), com 20 anos de existência, a Sede Estadual da Cooperativa Central Justa Trama, cadeia produtiva que há 10 anos articula empreendimentos de todo o país, começando pelo plantio do algodão agroecológico e culminando na comercialização de peças produzidas pela UNIVENS. Além disso, a Vila possui a Creche Comunitária Nova Geração, que funciona como uma cooperativa, além da Creche Trenzinho da Alegria.

. Não há escolas na região, e a justificativa para que isso permaneça dessa forma é porque há escolas próximas ao bairro com vagas ociosas, segundo as lideranças comunitárias. Há também um Posto de Saúde, localizado no Beco José Paris. O Posto é um ponto de grande circulação de pessoas na comunidade e o Conselho de Saúde atua diretamente articulando as demandas dos habitantes. Ademais, segundo o Conselho de Saúde do Posto Local, recebem o Bolsa Família cerca de 250 a 300 famílias.

Em relação ao transporte, nas imediações da Vila Nossa Senhora Aparecida há alguns ônibus para locomoção dos habitantes da região, inclusive um direto ao centro de Porto Alegre. Porém a Vila é abastecida apenas por uma linha de ônibus, ou seja, a linha São Borja que passa pelas ruas Affonso Paulo Feijó e Senhor do Bom Fim.

Não há espaços de lazer na comunidade, como praças e quadras de esporte. Existe a Capela Nossa Senhora Aparecida, que dá nome à Vila. Assim como outras três Igrejas Evangélicas. Também é possível encontrar na comunidade, especificamente na Rua Affonso Paulo Feijó, o Centro Administrativo Regional Norte (CAR-Norte) que funciona como uma subprefeitura representando a Zona Norte de Porto Alegre.

Por fim, o Conselho de Saúde, principal associação atuante na comunidade, localizado no Beco José Paris, assiste informalmente à população em questões relacionadas à infraestrutura da região servindo como interlocutor da população com o poder público. Além de estabelecer as funções providas da gestão da Unidades Básicas de Saúde (UBS) para com os habitantes da comunidade.

4.2 O Banco Justa Troca

Desde as primeiras experiências de BCD, na década de 1990 com o Banco Palmas, as experiências regionalizadas de bancos comunitários começaram a ganhar mais espaço no Brasil. Dessa forma, surgiram em 2015 as primeiras iniciativas de BCD no sul do país, com incentivo da UFRGS, nos bairros Cascata e Sarandi, em Porto Alegre. Esse último sendo o foco de estudo desse trabalho. O BCD Justa Troca, localizado no bairro Sarandi, especificamente na Vila Nossa Senhora Aparecida, zona norte da cidade de

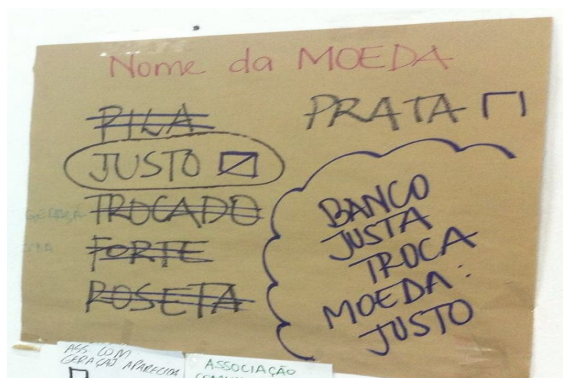
Porto Alegre/RS, é uma iniciativa da própria comunidade em busca de melhores condições de vida para os seus habitantes, bem como de enriquecer cultural, social e financeiramente o lugar onde vivem.

O Banco Justa Troca conta com o trabalho voluntário de 12 (doze) pessoas, sendo que 11 (onze) são mulheres. Isto é, as mulheres têm uma força comunitária muito grande no bairro. A comunidade já tinha um histórico de Economia Solidária muito forte, em razão dos artesanatos e costuras por meio da Cooperativa UNIVENS. Por isso, o projeto de criação de um BCD na Vila Nossa Senhora Aparecida foi escolhido pelo NEGA para integrar o projeto de extensão dessa temática.

O NEGA, como veremos nos próximos capítulos, tem a função de apoiar na organização de reuniões, suporte jurídico e foi muito importante para a elaboração do estatuto da Associação. Com a implementação do Banco, o NEGA fica responsável pelo auxílio na condução do processo formal de concessão e controle de crédito e remapeamento dos dados da comunidade.

Os BCD apesar de ainda não terem um marco regulatório, estão amparados pela Lei das Moedas Eletrônicas, sancionada em 2013 pela ex-presidenta da República Dilma Rousseff. Desse modo, uma instituição pode ter moeda social própria, mas o lastro precisa ser em Real, contudo todas as transações devem ser convertidas na moeda nacional corrente. Para cada empréstimo em moeda social, o BCD deve ter o equivalente em moeda nacional em caixa para fazer as devidas conversões caso seja necessário. No caso do Banco Justa Troca, a moeda social é chamada de Justo.

Figura 3 – Processo de Escolha do Nome da Moeda do Banco Justa Troca

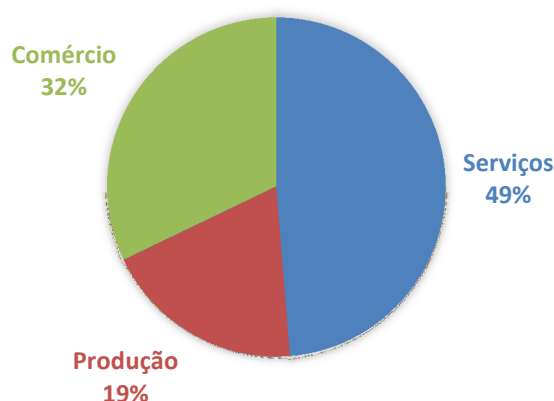


Fonte: NEGA

A escolha foi feita por votação entre os membros da ACONVI e o nome da moeda foi escolhido em virtude de ir encontro com os valores da comunidade. O Justo só será aceito dentro da Vila Nossa Senhora Aparecida, isto é, nos estabelecimentos que decidirem por se conveniar ao Banco.

O Banco Justa Troca, inicialmente, foi pensando pelos habitantes da comunidade e atuais associados da ACONVI (explicitado no próximo capítulo), como uma forma de centralizar os serviços e a economia no próprio bairro. Ou seja, foi mapeado pelo NEGA que grande parte das atividades da comunidade são voltadas para as áreas de serviços. Conforme mapeamento realizado em meados de outubro de 2015, têm-se os seguintes dados dos setores econômicos da Vila:

Gráfico 3 – Setores econômicos em destaque na comunidade



Fonte: NEGA (2015)

Diante do exposto, observa-se que o percentual de estabelecimentos que trabalham com serviços é basicamente a metade da comunidade. Porém, grande parte dos habitantes da Vila Nossa Senhora Aparecida, buscam os serviços fora do bairro, sendo que existe potencial suficiente para o fomento de consumo e injeção de capital, seja ele econômico, seja social, na própria comunidade. Esses dados serão remapeados pelo NEGA a partir de outubro de 2016.

Atualmente o Banco Justa Troca sofre com a problemática da sua sede. Inicialmente, o Banco se localizava nas dependências da UNIVENS. Porém, para a ACONVI não era viável que o Banco fosse associado diretamente à

Cooperativa. Pensou-se, no entanto, em sediar o Banco no Posto de Saúde da comunidade, em função da grande circulação de pessoas no local e por ser de fácil acesso da população às demandas da comunidade. Por uma razão de espaço, essa ideia também foi descartada. Houve também a possibilidade de o Banco ter sua sede nas dependências da Incubadora de Mulheres, dentro da Secretaria do Trabalho da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, localizada na comunidade. A ideia foi descartada por questões jurídicas, em virtude de uma pessoa jurídica de direito privado não poder ocupar um espaço de uma pessoa jurídica de direito público. A sede se daria em uma sala da Secretaria, a partir de uma parceria entre o Banco, que prestaria algumas capacitações para as mulheres (confeitaria e costura) e em troca ocuparia o espaço para as suas reuniões e deliberações. Atualmente, não se tem uma sede definida para que o Banco tenha as suas atividades.

Em um primeiro momento o Justa Troca teve a hipótese de trabalhar com o *e-dinheiro*⁶ para as trocas no comércio local, possibilitando que os clientes que usem o dinheiro social ganhem descontos nos estabelecimentos. Os comerciantes ganharão ao pagar taxas bem mais baixas daquelas cobradas pelas operadoras de cartão de crédito e débito, por exemplo. Com esse tipo de plataforma, os usuários podem realizar transferências, depósitos, pagamentos e controlar gastos por meio dessa plataforma.

Além disso, está em discussão entre os associados da ACONVI e os técnicos do NEGA uma Política de Crédito para o Banco, com intuito de definir de que forma e como ocorrerão os empréstimos para a comunidade. Até o momento foi elaborada a Política de Crédito, porém sem aprovação definitiva. Por meio do trabalho dos bolsistas do NEGA, também, há a possibilidade de viabilizar que aja um agente de crédito do Núcleo no Banco com as funções de fazer visitas às pessoas requerentes de empréstimos, entrevistas, bem como análise e liberação de crédito.

Para iniciar as operações o Banco recebeu um aporte inicial da ONG CERAI Catalunya, que há muitos anos colabora com a Cooperativa UNIVENS em diversos projetos. Sendo assim, o aporte monetário se deu a fundo perdido para criar o fundo econômico inicial do Banco. Outra organização internacional

⁶ O e-dinheiro é uma moeda virtual disponibilizada através de um aplicativo para celulares.

que ajudou na constituição do fundo econômico inicial do Banco foi a NEXUS Emilia Romagna, com sede em Bolonha (Itália), que é uma entidade que mantém relações de cooperação junto com a CERAI.

O Banco Justa Troca, para incentivar a comunidade na participação e também na divulgação do Banco para comunidade promove, mensalmente, feiras comunitárias. O intuito dessas feiras é fazer com que haja trocas entre os habitantes do bairro, incentivando o consumo local.

Figura 4 – Feira Comunitária na Vila Nossa Senhora Aparecida



Fonte: NEGA

A partir dessas feiras, pretende-se incentivar o Clube de Trocas, fazendo com que as pessoas da comunidade aprendam a trabalhar com essa dinâmica de Economia Solidária. Essa dinâmica se dá dentro do escopo de Finanças Solidárias, ou seja, o Banco fomenta uma série de trocas entre as pessoas e faz com que a riqueza circule dentro da comunidade, seja ela uma riqueza econômica, seja cultural.

4.3 Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida (ACONVI)

A ACONVI foi constituída em 02-05-2016. Ela é uma Associação civil de direito privado, de caráter social, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos e tem duração por tempo indeterminado. A sede, foro e área de atuação se dão

no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no bairro Sarandi, especificamente na Vila Nossa Senhora Aparecida.

A ACONVI foi constituída a fim de promover o bem-estar social da comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida na trajetória solidária em parceria com outras entidades locais, como a Creche Nova Geração e o Posto de Saúde da comunidade, por exemplo. A Associação também é de extrema importância para que se promova o desenvolvimento social, econômico e ambiental, além do combate à pobreza. A partir dela é possível instigar novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, trabalho e crédito, conforme previsto em estatuto próprio, sob os princípios da Economia Solidária.

De acordo com o Art. 2º, parágrafo IV do seu Estatuto, a ACONVI atua da seguinte forma:

A Associação pode atuar [...] como organização de microfinanças no território nacional, desenvolvendo ações de finanças solidárias, tais como: microcrédito produtivo e para consumo, fundos solidários, moeda social, bancos comunitários e outros correlatos.

Do mesmo modo, pode prestar serviços às instituições financeiras na qualidade de corresponde bancário, além de desenvolver e implementar projetos no que diz respeito à cultura e às tecnologias sociais. Também pode promover ações de incentivo à cultura, à educação, à saúde, ao esporte e ao lazer priorizando os vínculos sociais, bem como ações que tragam melhorias nas condições de moradia dos habitantes da Vila Nossa Senhora Aparecida e de ações de informação e formação para e com a comunidade.

A Associação atua diretamente por meio da execução de projetos, programas e/ou plano de ações, das doações de recursos físicos, humanos e financeiros a fim de que possa continuar mantendo viva a ideia do crescimento de todos, a partir da implementação do Banco na comunidade. Também é muito importante destacar o auxílio dos serviços intermediários de apoio, outras organizações sem fins lucrativos e de órgãos do setor público que apoiam as ações promovidas pela Associação com intuito de expandir a ideia do desenvolvimento local a partir de práticas de Economia Solidária. A ACONVI trabalha, ainda, com a não distribuição de excedentes entre os membros da

Associação, sejam eles dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio e os aplica de forma integral na consecução do seu objetivo social.

A composição da ACONVI se dá por um número ilimitado de associados. Esses podem ser fundadores, efetivos ou honorários. Os fundadores são associados que aderiram à entidade mediante subscrição da ata de criação da Associação em Assembleia Geral Constituinte. Os efetivos são associados que aderem à entidade e são admitidos por meio do Conselho Gestor e ratificados pela Assembleia Geral, estando dispostos a viver os fins sociais e estatutários da Associação. Já os membros honorários são associados que fazem jus a homenagem em virtude de reconhecidos serviços prestados à Associação. A proposta para que sejam inseridos como membros honorários deve ser encaminhada à Assembleia Geral, por meio do Conselho Gestor. Entre os associados não há quaisquer resquícios de direitos e obrigações recíprocos.

Os associados com o título de honorários não possuem direito a voto e tampouco poderão ser votados, conforme previsto em estatuto. Para fazer jus ao direito de votar e ser votado para os cargos do Conselho Gestor será necessário o cumprimento de seis meses na condição de associado, exercendo todos os direitos e deveres previstos no estatuto da ACONVI.

A ACONVI é constituída pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Gestor e Conselho Fiscal. Segundo o Art. 10º do Estatuto da Associação, compete exclusivamente à Assembleia Geral:

- I - Eleger e destituir o Conselho Gestor;
- II - Eleger e destituir o Conselho Fiscal;
- III - Apreciar recursos contra decisões do Conselho Gestor;
- IV - Apreciar proposta oriunda do Conselho Gestor quanto à inclusão de novos associados efetivos, e intitulação dos associados, concedendo ou não à qualidade de honorário;
- V - Tomar as decisões pertinentes à alienação, hipoteca, permutação e outros negócios que tenham por objeto bens patrimoniais;
- VI - Aprovar a prestação de contas;
- VII - Apreciar, alterar, vetar ou sancionar o regimento interno apresentado pelo Conselho Gestor;
- VIII - Decidir acerca de alterações estatutárias;
- IX - Destituir integrantes do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral se dará trimestralmente, em datas definidas pelo Conselho Gestor. Pode também se realizar de forma extraordinária, quando convocada pelo Conselho Gestor, Conselho Fiscal ou por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados. A convocação é dada mediante edital fixado na sede da instituição, por circulares ou por outros meios de comunicação. É por meio da Assembleia Geral que se pode discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal, a aprovação da entrada e saída de associados, a tomada de decisões sobre determinados assuntos e apreciação do relatório anual do Conselho Gestor. A primeira convocação da Assembleia se dá com 60% (sessenta por cento) dos associados e, em segunda convocação com 30% (trinta por cento), sendo obrigatória a presença mínima dos administradores empossados em Assembleia anterior.

Ao Conselho Gestor, conforme Art. 14º do estatuto da ACONVI compete:

- I - Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto e administrar o patrimônio social, promovendo o bem geral da entidade e dos associados;
- II - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e a prestação de contas referente ao exercício anterior;
- III - Cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as demais decisões da Assembleia Geral;
- IV - Buscar meios de mútua colaboração com instituições públicas ou privadas, em atividades de interesse comum;
- V - Contratar e demitir funcionários;
- VI - Convocar a Assembleia Geral.

O Conselho Gestor é composto por um Conselheiro Administrativo, um Conselheiro Financeiro, um Conselheiro de Comunicação e Cultura, um Conselheiro de Relações Públicas e seus devidos suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 04 anos, não podendo ter mais de uma reeleição consecutiva. O Conselho Gestor se reúne de forma ordinária, mensalmente, e de forma extraordinária para atender as demandas da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal ou de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados.

Ao Conselho Administrativo, conforme Art. 16º do estatuto da ACONVI fica instituído o dever de:

- I - Representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, juntamente com o Conselheiro Financeiro;
- II - Convocar e presidir a Assembleia Geral;

- III - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Gestor;
- IV - Firmar, juntamente com o Conselheiro Financeiro, os títulos de crédito de titularidade obrigacional da associação e proceder da mesma forma para autorização de pagamentos;
- V - Indicar associado para secretariar as reuniões da Assembleia geral e do Conselho Gestor e redigir as atas;
- VI - Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VII - Contratar e demitir funcionários;
- VIII - Zelar pela organização e preservação dos documentos da Associação;
- IX - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno.

O Conselho Financeiro do Banco Justa Troca tem como finalidade representar a Associação de forma ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente junto ao Conselho Administrativo. De acordo com o Art. 17º, § 2º do Estatuto da ACONVI, seguem as atribuições do Conselho Financeiro:

- II - Arrecadar auxílios e donativos e prestar contas de suas ações; III - Quitar as obrigações financeiras junto ao Conselheiro Administrativo, assinando de forma conjunta com este, os cheques e outros documentos da gestão financeira da associação; IV - Apresentar mensalmente ou sempre que solicitado, os relatórios de receitas e despesas; V - Apresentar o relatório financeiro para ser apreciado na Assembleia Geral Ordinária; VI - Apresentar mensalmente o balancete financeiro ao Conselho Fiscal; VII - Guardar os documentos relativos à administração financeira, de competência da tesouraria; VIII - Manter os recursos financeiros da associação depositados em instituição financeira e bancária; IX - Firmar juntamente com o Conselheiro Administrativo os títulos de crédito de titularidade da associação e proceder da mesma forma para autorização de pagamentos em espécie.

Já ao Conselheiro de Comunicação, compete ser o agente de comunicação da Associação indo de encontro com a política definida pelo Conselho Gestor. Além disso, fica responsável por divulgar e promover as ações da ACONVI, elaborar materiais informativos e publicar todas as notícias referentes à Associação.

A ACONVI possui também o Conselho de Cultura e Formação, destinado a estabelecer contatos com grupos e entidades artístico-culturais para a elaboração de programas e projetos de incentivo e promoção da cultura popular e as práticas da Economia Solidária. O Conselho de Cultura e Formação fica responsável pela promoção de atividades sociais, educativas, formativas, recreativas e de eventos em geral.

Ademais, é de competência de o Conselho de Relações Públicas estabelecer relações como atores de dentro e fora da comunidade, a nível

local, nacional e internacional. Além disso, o Conselheiro de Relações Públicas deve buscar apoios e parcerias para benefícios em prol da Associação e da comunidade.

O Conselho Fiscal da ACONVI é constituído por 03 membros efetivos e pelos seus suplentes. O mandato do Conselho Fiscal é coincidente com o mandato do Conselho Gestor. Em caso de vacância, o mandato fica sob responsabilidade do devido suplente até o seu término. É de competência do Conselho Fiscal, mediante Art. 22º do estatuto da ACONVI:

- I - Ter acesso livre e irrestrito aos livros de escrituração da associação;
- II - Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III - Manifestar-se sobre a situação financeira da associação;
- IV - Opinar por meio de pareceres, na aquisição e alienação de bens e relatórios de desempenho financeiro e contábil, assim como operações patrimoniais realizadas com a finalidade de subsidiar as atividades dos organismos da entidade;
- V - Requisitar ao Conselheiro Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- VI - Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

O Conselho Fiscal se reúne ordinariamente a cada mês. E, extraordinariamente, atendendo a solicitação da Assembleia Geral, do Conselho Gestor ou de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados, assim como os demais Conselhos.

No que tange à admissão e demissão de funcionários fica instituído em estatuto próprio que as atividades dos Conselheiros Gestores e Fiscais, bem como de quaisquer associados não serão remuneradas. Ou seja, é vedado obter qualquer forma de receita ou provento que caracterize atividade econômica. A admissão e demissão dos funcionários se dão de acordo com as normas de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A duração do mandato dos cargos eletivos dos dirigentes da Associação é de dois anos. É atribuída à Assembleia Geral prerrogativas para que aja cassação de mandatos dos cargos e suas devidas substituições, mediante aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes na Assembleia Geral.

Ademais, o patrimônio e a receita da ACONVI são compostos da seguinte forma:

- I - Doações, auxílios e subvenções;
- II - Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- III - Bens móveis ou imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública;
- IV - Rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira;
- V - Saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial;
- VI - Valores advindos de suas atividades comunitárias;
- VII - Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais.

Para coibir quaisquer obtenções, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios, a instituição adota práticas de gestão administrativas. Como normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade se dão a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras e Contabilidade.

Além disso, deve se dar publicidade, por qualquer meio de comunicação que julgue eficaz, no término do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos juntos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme estabelecido no Art. 28º do estatuto da ACONVI.

Pode haver realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, advindos de recursos de Termo de Parceria. Sendo assim, a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem públicos recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) é feita conforme determina o Parágrafo Único do Art. 70 da Constituição Federal.

No que tange à dissolução da Associação, ela pode-se dar pela deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral ou por motivos previstos em lei. Logo, a ACONVI será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, caso se torne inviável a continuação das suas atividades. Conforme Art. 34º do estatuto da ACONVI, no caso da dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido à pessoa jurídica

qualificadas nos termos da Lei Nº 9.790/99, inciso IV do Art. 4º, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Já na hipótese de a Instituição obter e perder, posteriormente, a qualificação obtida na mesma lei citada anteriormente, o acervo patrimonial disponível adquirido por intermédio de recursos públicos durante o período que perdurou a qualificação, deve ser apurado de forma contábil e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei.

4.4 Núcleo de Gestão Alternativa (NEGA)

O NEGA, da Escola de Administração da UFRGS, é um programa permanente de extensão que tem como intuito desenvolver ações de ensino, pesquisa ligadas a experiências e/ou organizações alternativas de geração de trabalho e renda, no que diz respeito àquelas que se aproximam de características da Economia Solidária.

Os objetivos centrais do NEGA são principalmente estudar e conhecer as experiências, bem como as organizações alternativas de geração de trabalho e renda. Dessa forma, o NEGA atua como uma “consultoria” a fim de apoiar essas organizações com o intuito de que elas desenvolvam tecnologias sociais que as potencializem. Além disso, o Núcleo discute e subsidia a formulação de políticas públicas de apoio às organizações, apoiando e fomentando a sua dinâmica de movimento social. Como resultado da reflexão e sistematização dessas ações, o NEGA espera a produção de conhecimento, tanto do ponto de vista acadêmico, assim como social.

Como anteriormente dito, o desenvolvimento do NEGA está ancorado na organização de ações permanentes de pesquisa e extensão que, por um lado, são demandas que já se apresentam atualmente aos docentes e ao curso de Administração Pública e Social. Essas demandas vêm especialmente da Economia Solidária, dos seus empreendimentos e redes, assim como de outras organizações não governamentais que apoiam e assessoram atividades nesse campo e também de Órgãos e secretarias de governos locais, que mantêm políticas de apoio a esse tipo de movimento. Por outro lado, os docentes que estão inseridos no NEGA também mantêm ações proativas de pesquisa e

extensão em torno dessa temática, isto é, da Gestão Alternativa, e a essas ações podem vir a se agregar a outros docentes e discentes da Escola de Administração e de outras unidades da UFRGS.

O NEGA recebe apoio institucional da UFRGS e da Escola de Administração, onde está sediado, e conta com financiamentos do CNPq, do Ministério da Educação, da Secretaria Nacional de Economia Solidária e das Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão da UFRGS para desenvolver suas atividades. Atuam no Núcleo professores e alunos, dos mais variados cursos, da UFRGS e técnicos externos, contando com eventuais parcerias e convênios com outras entidades e organizações que também atuem no desenvolvimento e apoio às mesmas experiências.

4.4.1 Eixos de Trabalho

O NEGA se dividia em três grupos de trabalho e pesquisa a fim de atender todas as demandas abordadas. O Núcleo conta também com uma Secretaria, composta por bolsistas, que dá suporte ao funcionamento dos eixos de trabalho assim como do NEGA como um todo.

O primeiro eixo de trabalho se denomina REDES E CADEIAS. Por meio desse, é possível compreender a Economia Solidária como uma estratégia organizacional indutora de um desenvolvimento social, bem como econômico, fundado em relações de reciprocidade e cooperação.

Desde a sua criação, o NEGA se propõe a investigar o fenômeno das Redes e Cadeias solidárias e investir, de forma ativa, no incentivo a essas experiências. Para isso, o Núcleo se aproxima, de forma constante, das iniciativas já existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre, como na estruturação da Cadeia Solidária da Lã. Esse Projeto é ligado à política estadual de incentivo à Economia Solidária, tendo em início em meados de 2011 pelo Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária (DIFESOL) que existia dentro da Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) do estado do Rio Grande do Sul na gestão 2011-2014.

As atividades desse eixo são segmentadas da seguinte forma, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico do Núcleo:

- Realização de diagnósticos socioeconômicos junto a redes, cadeias e ou coletivos de empreendimentos de economia solidária;
- Estudo e elaboração de projetos estratégicos para a incubação de experiências de articulação em redes e cadeias;
- Desenvolvimento de metodologia de incubação, envolvendo a produção de tecnologias sociais voltadas para a estruturação de cadeias econômico-solidárias.

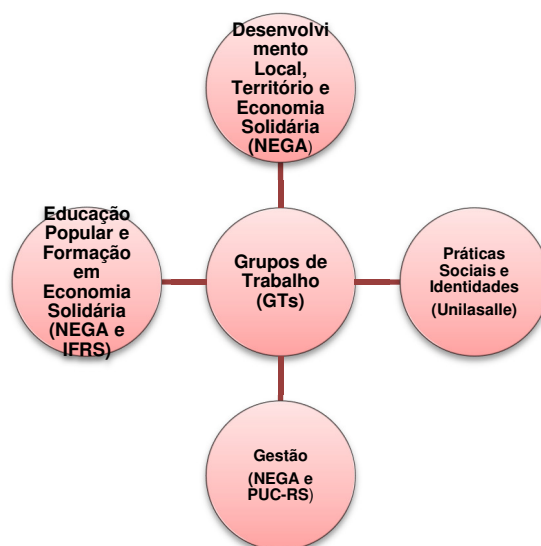
O segundo eixo de trabalho do NEGA diz respeito aos TERRITÓRIOS. Nesse sentido, esse grupo de trabalho apoia dinâmicas de desenvolvimento local em territórios, fomentando as iniciativas locais de caráter econômico, ambiental e comunitário, assim como a interação entre os diferentes atores da comunidade e as políticas públicas. Atualmente esse eixo trabalha com a implantação de dois Bancos Comunitários de Desenvolvimento, no bairro Cascata, Zona Sul de Porto Alegre e no bairro Sarandi, especificamente na Vila Nossa Senhora Aparecida, Zona Norte dessa mesma cidade. Ambas as iniciativas de criação de Bancos Comunitários nessas regiões estão em fase de implementação. Sendo o Banco Comunitário do bairro Cascata em fase mais avançada. Nesse sentido, o grupo de trabalho responsável pelo eixo territorial busca nessa iniciativa o fortalecimento da região como espaços de potenciais desenvolvimentos locais.

O terceiro eixo de trabalho do NEGA diz respeito às UNIVERSIDADES. Esse eixo tem como premissa a articulação das Incubadoras Tecnológicas (ITCP RMPA) da Região Metropolitana de Porto Alegre, organizadas em redes. A rede denominada ITCP RMPA, é composta pelas seguintes Universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Centro Universitário La Salle (Unilasalle).

Desse modo, existem quatro grupos de trabalho (um de cada Universidade) realizando pesquisas e extensão universitária, atuando com

independência, desenvolvendo metodologias próprias, promovendo ações isoladas ou conjuntamente com os demais grupos. A articulação dos grupos tem como finalidade realizar eventos, assim como apoiar e construir materiais de apoio. Os grupos se organizam em torno das seguintes temáticas:

Figura 5 – Grupos de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao longo dos anos de 2014 e 2015, os GTs fizeram uma série de ações para animar as temáticas as quais são responsáveis. O curso de Nivelamento em Economia Solidária, é um exemplo, animado pelo GT Educação Popular e Formação em Economia Solidária com a participação das demais ITCPs. A partir desse curso, foi possível discutir e criar a cartilha “ITCPs, Economia Solidária e Capacitação, primeiros passos para a formação de equipe de incubação”. Segundo o próprio sítio eletrônico do Núcleo, vários artigos foram publicados, com destaque para a Economia Solidária.

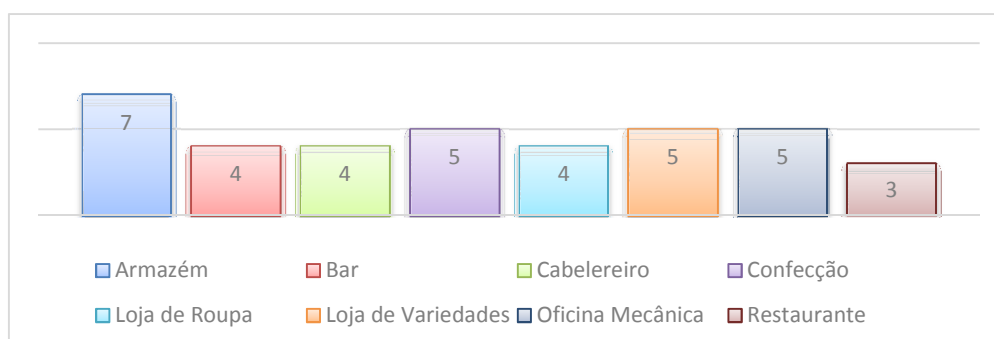
Já o GT Gestão, teve como experiência o mapeamento de práticas de gestão e organização das incubadoras. Além disso, foi realizado um seminário sobre Tecnologias Sociais, tendo como convidados pesquisadores da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da Universidade de Campinas (UNICAMP). No ano de 2015 foi realizada a capacitação das incubadoras com intuito do uso da Plataforma Colaborativa. Essa Plataforma, todavia, tem como intuito operar de forma transversal aos grupos de trabalho, fazendo com que todos estejam amarrados operacionalmente em rede. Por meio dessa

Plataforma, pode-se realizar de forma coletiva: cursos, discussões, elaboração de documentos, armazenamento de arquivos, divulgação de vídeos, e etc. A cooperativa EITA foi a responsável pelo desenvolvimento do *software*, com o pressuposto de possibilitar que houvesse avanços na disseminação da informação e do trabalho entre todos os GTs. Atualmente, apenas o eixo “território” está ativo no Núcleo, em função do encerramento de projetos e finalização de financiamento externo. As ações de apoio aos BCD estão alinhadas à ideia de desenvolvimento territorial que o anima.

4.5 Produção e Consumo: Elementos importantes para a incidência do Banco Justa Troca nas dinâmicas de desenvolvimento local.

O Banco Justa Troca tem como finalidade captar recursos financeiros a fim de investir no desenvolvimento da comunidade. Ou seja, todo o dinheiro investido em um empreendimento local ou em algum morador da comunidade, tem-se como premissa que retorne à comunidade como geração de renda, emprego, bem como enriquecimento social e cultural para o bairro. Atualmente, de acordo com os dados mapeados pelo NEGA, existe uma gama de empreendimentos na comunidade que se conveniados ao Banco Justa Troca, poderão vir a aumentar seu rendimento, gerar mais empregos para a comunidade e aquelas pessoas que antes saiam da comunidade para consumir, poderão, a partir do uso da moeda social girar a economia dentro do próprio bairro. A seguir, pode-se observar os principais tipos de empreendimentos da Vila Nossa Senhora Aparecida:

Gráfico 4 – Empreendimentos e suas atividades econômicas



Fonte: Elaborado pelo autor

O NEGA mapeou um total de 78 empreendimentos a partir de outubro de 2015. Com esses dados foi possível identificar o que é ofertado para a

comunidade no que diz respeito à produção e ao consumo. A partir de outubro de 2016 esses dados serão atualizados, a fim de que se saiba o que é ofertado para os moradores do bairro, mas também o que é demandado. A partir desse levantamento será possível mapear o que as pessoas consomem, no que trabalham (dentro ou fora da Vila) e traçar um retrato do que a comunidade se ocupa. Esses dados estão em constante mudança por se tratar de algo ainda em produção, porém esse levantamento, possivelmente, permitirá melhor análise do potencial do Banco e até mesmo um direcionamento para algumas ações futuras do Banco Justa Troca.

A maioria dos empreendimentos do bairro é de pequeno porte, isto é, com um faturamento de aproximadamente de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos) mensais, correspondendo a 34,3% do total. Em seguida se encontram os estabelecimentos de pequeno/médio porte, que faturam de R\$ 1.201,00 a R\$ 3.600,00 (25,3 %). Já os estabelecimentos de médio porte têm faturamento de R\$ 3.601,00 a R\$ 7.200,00 (17,2%) e os de grande porte, faturam mais de R\$ 7.201,00 mensais (23,2%). Mais da metade dos empreendimentos do bairro não aceitam cartão, ou seja, trabalham apenas com dinheiro em espécie.

Para controlar a produção e consumo, o NEGA, juntamente com a ACONVI, está elaborando uma Política de Crédito a fim de controlar para quem, quando e como serão disponibilizados os empréstimos pelo Banco Justa Troca. De maneira geral, o Banco Justa Troca irá utilizar duas modalidades de crédito: o Crédito de Consumo e o Crédito Produtivo.

O Crédito de Consumo tem como objetivo fomentar o consumo de produtos e serviços do comércio local da Vila Nossa Senhora Aparecida, fortalecendo os empreendimentos individuais, coletivos, familiares. Se destina respectivamente às pessoas da Comunidade Vila Nossa Senhora Aparecida que tenham necessidades emergenciais na área de consumo e que possam ser atendidas na comunidade, com moeda social Justo e atendam às seguintes prioridades:

- Mulheres

- Moradoras e moradores em situação de vulnerabilidade social e econômica;
- Ter pelo menos um ano de moradia na comunidade;
- Ser maior de 18 anos;
- Participantes de oficinas de capacitação e atividades organizadas pelo Banco Justa Troca.

O Limite de crédito disponível para empréstimo no Crédito de Consumo será de até 100 justos por morador, podendo ser pagos em até três parcelas no próprio Banco. A liberação do crédito se dá em até 48 (quarenta e oito) horas mediante aval do Comitê de Análise de Crédito. O Crédito de Consumo não possui taxas de juros no pagamento por ser realizado em moeda social e pode ser utilizado em quaisquer estabelecimentos e pessoas conveniadas com o Banco Justa Troca. No Crédito de Consumo, quando o beneficiário necessita do crédito ele indica no mínimo duas pessoas que serão consultadas para saber da credibilidade do mesmo, indicando se concordam com o empréstimo. Caso as respostas da maioria sejam positivas, o crédito é encaminhado ao conselho gestor para aprovação final. Chamamos isto de Aval Solidário.

Já o Crédito Produtivo do Banco Justa Troca tem como objetivo fomentar o surgimento de novos empreendimentos coletivos ou individuais ou familiares, principalmente os alinhados com os valores da ES, bem como apoiar os que já existem e foram mapeados no Mapeamento de Produção de Bens e Serviços em 2015. É direcionado para o apoio e fomento de atividades econômicas, formais, informais, coletivas, individuais, populares, que tenham atuação na comunidade, fortalecendo iniciativas de economia popular solidária. O Crédito Produtivo se destina respectivamente:

- Às pessoas e grupos da Vila Nossa Senhora Aparecida que queiram iniciar ou fortalecer seu empreendimento produtivo, coletivo, individual ou familiar, formal ou informal.
- O empreendimento e/ou profissional que acessar o crédito produtivo deverá aceitar a Moeda Social Justo;

- Moradoras e moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida que tenham pelo menos um ano de moradia na comunidade, mediante comprovante de residência.
- Somente poderá tomar novo crédito produtivo se o anterior estiver quitado.
- A atividade econômica a ser apoiada deve estar enquadrada nas prioridades da comunidade:
 - Mulheres;
 - Estar no mapeamento de produção e serviços da Vila Nossa Senhora Aparecida, a fim de fortalecer os estabelecimentos já existentes;
 - Participar de atividades promovidas pelo Banco Comunitário.

A liberação do Crédito Produtivo pode ser em Justo, quando a iniciativa a ser apoiada pelo Banco Justa Troca puder ser realizada na comunidade. Ou, em moeda corrente, quando a iniciativa não for totalmente atendida dentro da comunidade. O limite de operação de crédito é de até 500 (quinhentos) justos, sendo o primeiro empréstimo de até 150 (cento e cinquenta) justos, o segundo de 250 (duzentos e cinquenta) justos, até chegar ao quarto empréstimo de 500 justos. O empréstimo pode ser pago em até cinco parcelas no Banco, sob taxa de juros de 1% ao mês para créditos realizados em reais e de 0% ao mês para créditos realizados em Justo. Além disso, a escolha da moeda a ser utilizada no Crédito Produtivo é avaliada pelo Comitê de Análise de Crédito.

O crédito tem como finalidade a aquisição de matéria-prima e equipamentos, deverá ser tomado em grupo para formação do Aval Solidário e também poderá ser acessado via Edital exclusivo a ser aberto e informado pelo Banco Justa Troca, onde constarão todas as informações e orientações para solicitação de empréstimo. O crédito, por sua vez, não poderá ser utilizado para contratação de pessoas.

É importante lembrar que essa é uma proposta de Política de Crédito do Banco Justa Troca e ainda não está vigente. Mas, é uma iniciativa importante para o estabelecimento do Banco Comunitário e uma forma de garantir o

controle do que está sendo emprestado, bem como do retorno que esse empréstimo poderá trazer para a Vila Nossa Senhora Aparecida.

Diante disso, é possível identificar dois elementos favoráveis para a incidência do Banco Justa Troca na comunidade. O primeiro elemento favorável vai de encontro com o fato dos negócios da comunidade serem, em sua grande parte, de pequeno e médio porte. Isso, facilita a entrada do Banco nesses estabelecimentos, pois como são pequenos negócios e a maioria trabalha com pagamento em dinheiro, a inclusão da moeda social fará com que o consumo aumente em virtude de ser um bairro de baixa renda e também porque os moradores passam a ter acesso aos produtos direto da Vila, sem precisar sair para consumir em estabelecimentos fora do perímetro do bairro. Levando, portanto, a um aquecimento da economia local. Isto é, os estabelecimentos passam a produzir mais, a demanda da comunidade cresce, pois estará usufruindo dos serviços diretamente do bairro e poderá vir a gerar mais empregos em função do aumento da circulação de pessoas nesses empreendimentos locais.

O segundo elemento favorável é a criação da Política de Crédito do Banco Justa Troca. Ou seja, com a Associação já consolidada, com toda a sua equipe diretiva montada e articulada, a Política de Crédito é peça chave para que o Banco mantenha as suas atividades. Uma política bem estruturada fará com que todos os atores envolvidos tenham controle sobre o que está sendo emprestado, de que forma esses empréstimos podem ocorrer e de que maneira a injeção de capital social e/ou capital financeiro trará retorno para a comunidade. Não somente retorno financeiro, mas também cultural, social e humano.

De outro modo, o desafio encontrado com implantação de um BCD está no fato de que é necessária a cooperação solidária voltada para o bem-estar social da coletividade. França Filho (2008) destaca o seguinte sobre a via sustentável-solidária:

Em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos,

sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

Ademais, é importante que os estabelecimentos conveniados ao Banco Justa Troca trabalhem de forma que aja maior cooperação e menos competitividade entre eles. Para isso é necessário que se faça uma conscientização entre os comerciantes a fim de que o trabalho seja colaborativo. Uma forma para que isso ocorra com sucesso é organizar as compras dos empreendimentos de forma coletiva, ou seja, dois ou mais estabelecimentos do mesmo ramo de produção podem vir a se unir para a compra de matéria-prima, levando a uma negociação justa para ambos os lados. Com os preços reduzidos para os estabelecimentos envolvidos na negociação e esses devidamente conscientizados sobre isso, pode-se diminuir a competitividade entre eles, fazendo, dessa forma, com que todos estejam satisfeitos.

Outra forma de cooperação para os estabelecimentos que aderirem trabalhar conjuntamente ao Banco Justa Troca é a redistribuição dos produtos entre os estabelecimentos. Isto é, os empreendimentos trabalham com diferentes produtos e essa diferenciação poderá estimular o aumento das demandas e consequentemente diminuir também a competição entre eles. Logo, o produto que está em falta no estabelecimento X e está em excesso no estabelecimento Y, pode ser redistribuído a fim de alcançar a demanda de todo o bairro. A conscientização dos comerciantes sobre a ES deverá se dar de forma concomitante ao estímulo do trabalho integrado entre os estabelecimentos.

A Vila Nossa Senhora Aparecida, atualmente, se depara com a dificuldade de fazer com que seus habitantes comprem dentro do bairro. Conforme relato de uma das moradoras do bairro, na inauguração do Banco Justa Troca, a Vila possui diversos empreendimentos, logo porque não estimular o consumo desses pequenos estabelecimentos e gerar renda para a comunidade? Esse questionamento foi um dos motivos pela qual o Banco, juntamente com a Associação, tomou forma. Esse, é um dos principais fatores a ser revertido pelo Justa Troca, ou seja, estimular o comércio local. Para que isso aconteça se deve educar a comunidade por meio de uma ferramenta

gerida pelo Banco, isto é, a moeda social. A moeda social é lastreada pelo real, aquece a economia interna e só pode ser trocada dentro da comunidade.

A criação de uma moeda que se restringe a circular num determinado limite territorial desponta como mais uma evidência de que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade de um mecanismo como este é conservar e ampliar a riqueza real no local. Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, que a favorece. (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 373)

A ACONVI, juntamente com o NEGA, elaborou uma carta aos comerciantes, prestadores de serviços e profissionais da Vila Nossa Senhora Aparecida para estimular o uso da moeda social nos estabelecimentos do bairro. Educar os comerciantes a trabalharem com a ES é tarefa fundamental para a implementação do Banco na Comunidade. Com a moeda social o comércio, estabelecimentos, profissionais podem desenvolver fidelidade dos consumidores e consumidoras, ter mais pessoas comprando e desenvolve comprometimento com o desenvolvimento da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Alguns elementos importantes com a implantação da moeda social nos estabelecimentos podem ser evidenciados com a criação de uma rede de negócios que aceitam Justos como forma de pagamento, facilitando a compra de mercadorias entre os comerciantes, o marketing de cada comércio e a circulação de pessoas entre os comércios que aceitam a moeda social. Além disso, o Banco Justa Troca promoverá cursos de capacitação e oficinas de acordo com os interesses da comunidade, e continuará promovendo uma grande Feira junto com a Feira de Trocas no primeiro sábado de cada mês. Na feira de trocas, poderão ser trocados também alguns serviços.

Para que aja efetividade no trabalho do Banco Justa Troca, deve-se levar em conta a conscientização e sensibilização para que os atores envolvidos consumam dentro do bairro. Porém, essa não é uma tarefa fácil conforme França Filho, Rio e Leal (2013), pois, com o reduzido número de estabelecimentos que aceitam a moeda social o circuito se torna curto e a tendência é que esse processo enfraqueça.

Para que tal enfraquecimento não aconteça a UFRGS, através do NEGA, está trabalhando com o mapeamento de produção e consumo da Vila

Nossa Senhora Aparecida. Esse mapeamento será de extrema importância para as ações futuras do Banco Justa Troca, uma vez que é a partir desse levantamento que poderá ser visto o que falta dentro da comunidade e elaborar ações em rede para atender as demandas dos moradores da Vila.

4.6 O Banco Justa Troca na Vila Nossa Senhora Aparecida: Recepção e Implementação do Banco na Comunidade.

A aproximação da comunidade com o Banco Justa Troca se deu de forma gradativa. A ideia de se ter um Banco dentro do bairro partiu dos próprios moradores com intuito de ajudar nos negócios da comunidade e com isso contribuir para o desenvolvimento local da região. As mulheres da Cooperativa UNIVENS, que já trabalhavam com a ES, foram as principais responsáveis por disseminar essa ideia para os demais na comunidade. Em meados de julho de 2015 houve a sensibilização inicial em uma Oficina realizada na sede da Justa Trama/UNIVENS, com mediação do NEGA.

Nesse primeiro contato, foi feito um acolhimento com alguns moradores do bairro, cooperadas da UNIVENS e representantes do NEGA. A Oficina teve como pressuposto entender o que cada um esperava da iniciativa de haver um BCD na comunidade e para que pudessem compreender mais sobre a dinâmica dos BCD. Em relato de uma das bolsistas do NEGA pude perceber que nessa Oficina houve um momento de reflexão para analisar quais seriam as necessidades da comunidade e em quais delas o Banco Justa Troca poderia agir. Na tabela abaixo foram selecionadas algumas das necessidades percebidas na Vila Nossa Senhora Aparecida pelos participantes.

Tabela 2 – Necessidades percebidas na Vila Nossa Senhora Aparecida

1	Trabalhar com as famílias mais pobres
2	Informar às pessoas sobre a existência do Banco
3	Apoiar as pessoas que querem ter um empreendimento
4	Contar com o Banco na dificuldade
5	Fazer um material informativo com informações da vila para “a vila se enxergar”.
6	Fazer do Banco um elo agregador da comunidade
7	Ter um informativo mensal para divulgar o que tem na comunidade
8	Fazer do banco um espaço de apoio, informação, e orientação para decisão das pessoas, a partir das necessidades e vontades.
9	Mutirão de informação sobre o Banco.

Fonte: Elaborado pelo autor

O ponto de partida, desde então, foi estimular, inspirar e motivar os representantes do Banco Justa Troca com técnicas bem-sucedidas de BCD pelo Brasil. Essa premissa foi pensada a fim de sanar todas as dificuldades encontradas no bairro a longo prazo. A principal motivação foi a partir do conhecimento da experiência no conjunto habitacional popular Palmeira, localizado no subúrbio da capital do Ceará, Fortaleza,

Para tanto, por intermédio de contatos estabelecidos pelo NEGA, foi necessária a vinda do fundador do Banco Palmas a Porto Alegre no dia 09 de setembro para uma visita à Vila Nossa Senhora Aparecida. Além disso, para motivar e disseminar o conhecimento sobre a criação e desenvolvimento de um BCD, foi feita uma Roda de Conversa aberta na Escola de Administração da UFRGS. Nesse sentido, foi possível debater sobre as dificuldades e conquistas no processo de construção de uma organização econômica alternativa, além de entender mais sobre algumas atividades que o Instituto Banco Palmas já desenvolveu, demonstrando como essas podem ser diversificadas e englobar os mais variados empreendimentos e iniciativas de ES.

Diversas reuniões foram feitas nos meses subsequentes com finalidade de discutir como poderia se dar a criação do Banco, a viabilidade de que ele fosse construído, os potenciais da região para que ele fosse implementado e o grupo de trabalho que iria tomar a frente do projeto de criação do Banco Justa Troca. Embora, o entusiasmo exista por parte de todos, muitas vezes a frustração de se daria certo ou não todo o trabalho que estava sendo desenvolvido foi um problema entre as representantes do Banco Justa Troca.

Como forma de organizar as ideias de trabalho e próximas ações do Banco, todas as segundas-feiras são feitas reuniões para pautar as decisões tomadas em reuniões anteriores, bem como continuar mobilizando o trabalho do Banco. Em relato da bolsista técnica do NEGA, as reuniões iniciais eram muito produtivas, quando aconteciam, as visitas feitas na comunidade para disseminar o Banco também. Porém, algumas vezes havia desmobilização do grupo, seja por motivos particulares, seja pela demora nas respostas que buscavam para o desenvolvimento da Vila. Sem dúvida a cooperação do NEGA foi imprescindível para que a motivação do grupo continuasse e o trabalho fosse levado adiante.

Em relação à sede do banco, a princípio percebeu-se uma dificuldade de encontrar um espaço físico para sediar o Banco Justa Troca. Diversas tentativas de parcerias foram feitas, mas nenhuma ainda com sucesso. O Banco inicialmente teve sua sede nas dependências da Cooperativa Justa Trama/UNIVENS, mas por decisão das representantes da Cooperativa, o Banco precisaria de uma sede própria, sem estar vinculada a UNIVENS. Pensou-se em sediar o Banco no Posto de Saúde da Comunidade, houve também uma tentativa de parceria com a Incubadora de Mulheres dentro da Secretaria do Trabalho da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e até o término desse trabalho o Banco Justa Troca se encontra sediado em um Salão de Cabelereiro, em frente à UNIVENS. O banco no momento precisa, de forma provisória, de um espaço para desempenhar algumas de suas atividades. Mas, é inevitável que exista uma sede própria, embora não necessite ser muito grande. No entanto, é interessante que seja de fácil acesso à maioria dos moradores.

No que diz respeito a constituição do fundo do Banco Justa Troca, diferente do que acontece na discussão sobre onde deve ser a sua sede, tem-se um aporte inicial garantido a partir das redes já estabelecidas entre a UNIVENS, CERAI Catalunya e NEXUS Emilia Romagna. Entendo que o aporte financeiro inicial seja um fator bastante positivo para a implementação do Banco na comunidade. Contudo, se a ideia for expandir o trabalho do Banco, em longo prazo, para a totalidade dos empreendimentos localizados na Vila, devem-se estabelecer novas parcerias para garantir o fundo econômico do Banco, uma vez que as taxas reduzidas de juros do Crédito de Consumo são as únicas formas de retorno financeiro que o Banco Justa Troca tem em função dos empréstimos oferecidos.

Essa verba adquirida é fundamental para o desenvolvimento do Banco Justa Troca, assim como para o desenvolvimento dos empreendimentos da comunidade. O acesso ao crédito é um fator que poderá ser bastante utilizado pelos moradores da comunidade, em virtude de ser um bairro com baixo poder aquisitivo e com resquícios de vulnerabilidade social. Os empréstimos para Crédito Produtivo, assim como para Crédito de Consumo vão depender desse

fundo, por isso uma sugestão é ampliar as redes a fim de garantir que os fundos monetários do banco aumentem.

Um dos elementos potenciais para a incidência de empreendimentos de Economia Solidária na região se dá com a Cooperativa Justa Trama/UNIVENS. Uma das representantes do Banco é uma cooperada e liderança comunitária muito forte. Por isso, foi possível buscar o apoio da UFRGS, através do NEGA e juntos trabalharem para a criação do Banco Justa Troca. Além disso, as redes já estabelecidas por meio desses EES possibilitaram o aporte financeiro inicial necessário para começar os primeiros empréstimos na Vila Nossa Senhora Aparecida.

Outro potencial elemento para a implementação do Banco Justa Troca na comunidade, sem dúvida é ACONVI. A Associação é um elo de força com a comunidade, bem como com as redes de trabalho e renda. Por meio dela é possível realizar as ações do Banco e agir como pessoa jurídica em todas as questões que envolvam o bem-estar social dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Com a Associação mobilizada e a equipe gestora definida é possível articular os atores envolvidos com intuito de promover o desenvolvimento local.

O desafio para a ACONVI se dá na promoção e/ou integração entre a parte localizada próxima a UNIVENS e a parte localizada próxima ao “valão”, como chamam os moradores da Vila. Há uma grande distância entre essas duas partes da Vila Nossa Senhora Aparecida, uma considerada com baixo poder aquisitivo e outra região com muito mais dificuldade financeira e à mercê da vulnerabilidade social. A sugestão que fica é integrar essas duas partes a partir das ações do Banco como, por exemplo, as Feiras de Trocas. A troca de serviços, bem como de experiências pode fazer com que a comunidade se una para trabalhar de forma colaborativa e integrada.

Abaixo, pode-se visualizar os potenciais elementos para a implementação do Banco Justa Troca na Comunidade e os desafios a serem enfrentados:

Quadro 2 – Potencialidades e desafios para a implementação do Banco Justa Troca

Potencialidades	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de uma Associação; ✓ Empreendimentos de Economia Solidária; ✓ Mobilização dos moradores; ✓ Entidades de Apoio; ✓ Política de Crédito estruturada. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Necessidade de uma sede própria; ✓ Ampliar a articulação dos atores sociais; ✓ Aumentar o fundo econômico; ✓ Incentivar o trabalho integrado na Vila.

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante dessa análise sobre a produção e consumo, bem como da recepção e implementação do Banco Justa Troca é possível afirmar que o Banco possui potenciais suficientes para se manter ativo na comunidade. Criado e em fase de implementação na Vila Nossa Senhora Aparecida ele é fundamental para a incidência das iniciativas de ES e contribui, sem dúvida, para o desenvolvimento local da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo geral desse trabalho tive que analisar o potencial de incidência de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas dinâmicas de desenvolvimento local na Vila Nossa Senhora Aparecida em Porto Alegre. Para tal foi preciso desenvolver os seguintes objetivos específicos: 1) apresentar políticas públicas de desenvolvimento que incidem na Vila Nossa Senhora Aparecida; 2) descrever as iniciativas locais de Economia Solidária e da Economia Popular; 3) descrever as redes locais que estão se articulando para estimular dinâmicas endógenas de desenvolvimento local; e 4) descrever e avaliar a dinâmica de mobilização atual para a constituição do BCD.

Para o atingimento do primeiro objetivo, foi apresentado o processo de criação do Banco Justa Troca a fim de evidenciar que a incidência do Banco na Comunidade pode trazer diversas melhorias nas condições de vida dos moradores. Isto é, com a criação da Política de Crédito do Banco Justa Troca, se poderão fazer empréstimos via Crédito de Consumo ou por Crédito Produtivo para as pessoas consumirem na própria comunidade, sem que haja necessidade de sair do bairro. Com isso a economia local da região aquece e pode gerar mais trabalho e renda para a Vila Nossa Senhora Aparecida. Um dos motivos para que isso dê certo é o fato de haver muitos estabelecimentos diversificados na região. Logo, como a grande maioria dos serviços ofertados na comunidade não utiliza como forma de pagamento cartões de crédito/débito, só podendo consumir em espécie, a moeda social será um diferencial para que a comunidade consiga usufruir dos seus serviços locais e gire a sua economia internamente.

O segundo objetivo foi atendido à medida que as iniciativas locais de ES na comunidade iam se articulando. O Banco Justa Troca realiza Feiras Comunitárias mensais onde os moradores podem vender alguns produtos com o intuito de obter renda. As feiras são realizadas, geralmente, em frente à Cooperativa Justa Trama/UNIVENS e os moradores comercializam alimentos, artesanatos, roupas. A intenção das representantes da ACONVI é promover

futuramente clubes de trocas com intuito de educar a comunidade a trabalhar de forma solidária.

O terceiro objetivo também foi atendido, pois para que o Banco Justa Troca fosse criado foi necessário o envolvimento de vários atores sociais a fim de que o projeto saísse do papel. O NEGA foi fundamental para o estabelecimento dessas redes e por motivar a comunidade na construção do BCD. Redes importantes construídas foi o Posto de Saúde da Vila, onde inicialmente iria ser a sede do Banco; a Incubadora de Mulheres da Secretaria do Trabalho de Porto Alegre; a CERAÍ Catalunya e NEXUS Emilia Romagna, responsáveis pelo aporte financeiro inicial para se dar início aos empréstimos; dentre outras já citadas no capítulo de análise.

O quarto objetivo faz menção à resposta do problema de pesquisa desse trabalho. Foi feita uma análise ao longo do processo de criação do Banco, tentando entender as dificuldades e os potenciais de incidência do Banco Justa Troca na Vila Nossa Senhora Aparecida. Existem alguns desafios apontados ao longo da análise para que o Banco cresça e ajude mais pessoas na comunidade. Destaco a necessidade de uma sede própria como elemento principal a ser trabalhado, uma vez que o Banco precisa de um local de trabalho independente para poder atender a comunidade e ter seu próprio espaço, sem que haja necessidade de estar vinculado a outro estabelecimento. Ampliar a articulação entre os atores, bem como incentivar o trabalho integrado também é um desafio a ser trabalhado com o intuito de promover as práticas de ES no bairro. Além disso, é importante que a ACONVI continue trabalhando em redes com outras entidades de apoio a fim de trocar experiências, assim como aumentar o seu fundo econômico para disponibilizar os empréstimos para a comunidade.

Já os elementos identificados para a implementação do Banco Justa Troca são suficientes para que ele incida positivamente na comunidade. Foi identificado que o Banco Justa Troca possui uma Associação estruturada, em grande maioria por mulheres, e registrada em Cartório para promover todas as suas ações. A Vila Nossa Senhora Aparecida já conta com EES nas suas atividades como a Cooperativa Justa Trama/UNIVENS, que deu o suporte inicial para que esse Banco possa ajudar no desenvolvimento local do bairro.

Para que o Banco saísse do papel foi fundamental que a mobilização dos moradores tenha se mantido ativa para que todo o trabalho na criação do Banco, nas Feiras Comunitária e nas parcerias estabelecidas tivesse sucesso.

Como a comunidade já conta com EES, houve maior facilidade de encontrar redes de trabalho para a divulgação do Banco e materiais para educar os representantes a trabalharem com práticas de ES. A principal entidade de apoio para a consecução do Banco Justa Troca foi o NEGA. Por meio da mobilização dessa entidade, auxílio nas reuniões e motivação das representantes foi que o Banco criou a sua identidade. Conjuntamente à ACONVI, criou-se a Política de Crédito para as ações do BCD. Esse elemento é balizador de toda a estrutura para a liberação dos empréstimos para a comunidade.

Em conclusão o que se observa em relação a essa pesquisa é que a Vila Nossa Senhora Aparecida é propícia a receber um BCD para promover o desenvolvimento local da região conforme os potenciais identificados. É importante ressaltar que a comunidade possui total estrutura e suporte para superar os desafios e também continuar auxiliando os moradores da Vila nas suas dificuldades.

Cabe mencionar que embora se tenha um número reduzido de entrevistados nesse trabalho e o processo de implementação do Banco Justa Troca esteja em fase inicial, nenhum dos objetivos, bem como a análise do potencial de incidência do BCD não foram prejudicados. Sugere-se que posteriores trabalhos sobre essa temática continuem contemplando estratégias para o desenvolvimento de uma cultura de solidariedade e cooperação além dos aspectos subjetivos que englobam os BCD, como a confiança nos atores envolvidos e na moeda social.

REFERÊNCIAS

ACONVI. **Estatuto da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida**. Acesso: 01/10/2016

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. **Dados Censo/IBGE 2010**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=918>>, Acesso: 28 de agosto de 2016.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2004.

BARQUERO, Antônio Vázques. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso: 02/05/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>> Acesso: 01/10/2016

_____. **Lei Nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe obre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>> Acesso: 09/10/2016

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Instituto Banco Palmas**. Disponível em: <<<http://www.institutobancopalmas.org>>>. Acesso: 03/05/2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: 2007. Disponível em: <<<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria>>> Acesso: 29/05/2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012

CERAI Catalunya. **Se pone en marcha em Brasil el Banco Comunitario Justa Troca.** Disponível em: <<<http://cerai.org/se-pone-en-marcha-el-banco-comunitario-justa-troca-en-el-que-colabora-cerai/>>> Acesso: 20/09/2016

CHAVES, Daniela Freitas; PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional.** T&C Amazônia: 2007.

COELHO, Franklin Dias. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Acesso: 05/07/2016

CONTERATTO, Marcelo Antônio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento.** Porto Alegre. UFRGS, 2009.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Tese de doutorado em economia aplicada defendida no Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 2006a. Disponível em: <<<http://antares.ucpel.tche.br>>> Acesso: 12/05/2016.

_____. **Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local.** Sociedade em debate. Pelotas: 2006b. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br>> Acesso: 12/05/2016.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas: UNICAMP, 2009.

FRANÇA-FILHO, G.C; LAVILLE, J.L. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____; JÚNIOR, G.S. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife: 2007. Disponível em: << <http://www.sbsociologia.com.br/> >> Acesso: 11/05/2016

_____; RIGO, Ariádne S.; LEAL, Leonardo P. **Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Nordeste na Política Pública de Finanças Solidárias: Apresentando a Realidade e Discutindo Proposições.** In: EnANPAD, 2013, Rio de Janeiro. EnANPAD, 2013.

GARCIA, Daniel Bruno. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Um estudo sobre a implementação dos Bancos Comunitários ligados ao Movimento de Moradia no município de São Paulo.** Dissertação de mestrado. São Paulo: FGV, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. **A sustentabilidade das microfinanças solidárias.** Revista de Administração da USP. São Paulo: 2005.

KUMAR, Anjali (Org.). **Brasil: acesso a serviços financeiros.** Rio de Janeiro: IPEA; Washington, DC: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <<<http://repositorio.ipea.gov.br>>>. Acesso: 04/04/2016

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1985.

LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.C.; MAGNEN, J-P.; MEDEIROS, A. (orgs). **Ação Pública e Economia Solidária. Uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Diva Maria Tammara de. Amostra Qualitativa e Recrutamento. In: PERDIGÃO, Dulce Mantella; HERLINGER, Maximiliano; WHITE, Oriana Monarca (Org.). **Teoria e Práticas da Pesquisa Aplicada.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Acesso: 05/04/2016

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. Como montar um banco comunitário. In: MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias.** Rio de Janeiro: DP&A, FASE, 2002.

MENEZES, Melissa M; CROCCO, Marco A. **Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES.** Economia & Sociedade: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf> Acesso: 05/04/2016

MOURA, S.A Gestão do Desenvolvimento Local: estratégias e possibilidades de financiamento. **Organizações & Sociedade.** Ed, O&S: 1998. Disponível em:

_____; MELLO, Vanessa; CASTRO, Rocío; MEIRA, Ludmilla; LÔRDELLO, José Albertino. **Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas.** Rio de Janeiro: RAP, 2002. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/12414>> Acesso: 10/05/2016

NETO II, João J. M. **Palmas: Um banco social.** Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <<<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/palmas-um-banco-social-44615>>> Acesso: 06/04/2016

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran; FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade.** Dissertação de mestrado em Administração. Salvador: UFBA, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Economia Solidária.** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I, 2006, Brasília. Anais

PORTO ALEGRE. Observatório da Cidade de Porto Alegre. **Porto Alegre em Análise – Sistema de gestão e análise de indicadores.** Disponível em: <<<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br>>>. Acesso: 02/05/2016.

REDE de Bancos Comunitários. **Banco comunitário: serviços solidários em rede.** Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006. Acesso: 06/04/2016

SILVA, Roberto Marinho Alves da; **Dilemas e Perspectivas da Construção Local e Territorial do Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. Fortaleza: Ed. CBL, 2007.

SILVA JR, Jeová T. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias**. Cadernos Gestão Social, 2007. Disponível em: <<<http://www.periodicos.adm.ufba.br>>> Acesso: 04/04/2016

SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul; **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____; **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. São Paulo: Estudos Avançados, 2004.

_____; **Economia Solidária**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, I, 2006, Brasília. Anais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Sítio eletrônico do Núcleo de Gestão Alternativa (NEGA). Disponível em: <<<https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/>>> Acesso: 30/08/2016

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Descrição do Entrevistado
 - Função desempenhada no NEGA
-
1. Breve histórico de atuação da UFRGS na comunidade.
 2. Qual o grau de mobilização da comunidade para a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento (Banco Justa Troca)?
 3. Qual (is) a pontencialidade (s) do bairro Sarandi para receber o Banco Justa Troca?
 4. Quais os próximos passos, na sua perspectiva, a serem dados pela comunidade a fim de que seja implementado o BCD?
 5. Qual a perspectiva de tempo que o NEGA tem para a implementação efetiva do BCD na comunidade?
 6. Qual o grau de autonomia da comunidade em relação ao NEGA para a criação do BCD no bairro Sarandi?
 7. Qual reflexão você faz sobre a criação do Banco Justa Troca na comunidade até o momento?

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ELEMENTOS OBJETIVOS

- Grau de organização e articulação da comunidade;
- Interesse da Associação e capacidade de mobilização para a criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento;
- Histórico da participação da comunidade;
- Relação dos moradores com a comunidade
- Parcerias para a implementação do Banco Comunitário;
- Espaço para a instalação do Banco Comunitário;
- Atividades importantes para o desenvolvimento da comunidade;
- Benefícios de ter um Banco Comunitário no bairro;
- Potencialidades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento;
- Demandas e problemas do bairro;
- Potencialidades do bairro para ter um Banco Comunitário.

ELEMENTOS SUBJETIVOS

- Iniciativa de construção de Empreendimentos de Economia Solidária;
- Lideranças comunitárias e grau de coesão da associação;
- Nível de confiança da comunidade na Associação para a criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento.

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- Descrição do Entrevistado
 - Função desempenhada na Associação
-
1. Breve histórico de criação do Banco Justa Troca.
 2. Quais valores são importantes/principais para a organização?
 3. Como o Banco Justa Troca irá se articular com a comunidade?
 4. Quais organizações serão parceiras nesse processo de criação e como pensam em implementar o Banco na comunidade?
 5. Quais os benefícios que a comunidade pode ter com a criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento?
 6. Qual (is) auxílio (s) existe (m) para a implementação do Banco?
 7. Já conseguiram arrecadar verba para iniciar o Banco? Se sim, de onde?
 8. Quais ações têm sido realizadas no bairro a fim de promover o desenvolvimento da comunidade? Como foram essas experiências?
 9. Há feiras de Economia Solidária no bairro? Se sim, com qual frequência?
 10. Existe outros Empreendimentos de Economia Solidária no bairro? Se sim, qual(is)?
 11. O que há de produção dentro do bairro? No que as pessoas trabalham?
 12. Aonde os moradores mais consomem? Dentro ou fora da comunidade?
 13. Quais as potencialidades do bairro para receber o Banco Justa Troca?
 14. Quais as demandas do bairro?
 15. Quais os principais problemas do bairro?
 16. Que reflexão você faz sobre a criação do Banco Justa Troca na comunidade até o momento?

APÊNDICE D

ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O ambiente:

- Localização;
- Relação entre o ambiente interno e externo;
- Relação das pessoas com o espaço;
- Distância/proximidade entre pessoas do grupo no espaço observado.

A Linguagem:

- Verbal e não verbal.

O relacionamento entre as pessoas no grupo:

- As pessoas observadas entre si;
- Nível de participação dos associados;
- Nível de participação dos representantes comunitários;
- Relação com as entidades de apoio.